

por **Sinal**

Ano 8 ■ nº 33

Revista do Sindicato Nacional dos
Funcionários do Banco Central

DIREITOS DO CONSUMIDOR

Bancos escondem serviços gratuitos

BACENJUD

Mau uso do sistema
exige correções

ENTREVISTA

DEPUTADO MARCELO FREIXO

“O crime organizado se
faz dentro do Estado”



 **Acesse o blog do Sinal
e participe das discussões,
enviando seus comentários**



www.blog.sinal.org.br

Atenção: este blog institucional foi disponibilizado para permitir maior interação entre a categoria, seus anseios e seus representantes. O Blog está aberto à participação de todos e os comentários aqui postados serão liberados após análise da equipe que mantém esta ferramenta. Por ocasião da primeira postagem, o autor será consultado para confirmar a autoria; desta forma, somente serão liberados os comentários que contiverem e-mails válidos.



Equipe mais integrada

A virada para 2011 marcou o início do governo Dilma e uma nova etapa no Banco Central: um funcionário de carreira, Alexandre Tombini, assumiu a presidência depois de muitos anos em que a instituição ficou sob a administração de executivos do mercado financeiro. A matéria “O fim da era Meirelles” mostra que a mudança pode não ser somente simbólica e especula sobre a possibilidade de maior articulação entre as políticas monetária, cambial e fiscal. Autonomia, pero no mucho?

Que os bancos desrespeitam muitas regras, todos nós, leitores da Por Sinal, já sabemos. A última da banca, porém, é especialmente perversa. Em “Bancos escondem os serviços gratuitos”, a Por Sinal desvenda os malabarismos usados para esconder os chamados “serviços essenciais”, gratuitos por lei, mas devidamente escondidos e sonogados ao consumidor.

Sabemos também que o spread bancário no país é abusivo. Questionados, os bancos apresentam uma extensa lista de providências que, se tomadas, levarão à queda do spread. Leis beneficiando o sistema financeiro foram aprovadas, mas o lucro bancário só faz aumentar. Em “Cadastro: positivo para quem?” mostramos como mais uma lei tida como fundamental para a queda do spread serviria unicamente à banca. Sorte que o Presidente Lula a vetou.

Para esta edição entrevistamos o deputado Marcelo Freixo, estrela ascendente da política fluminense, sobre um tema que o parlamentar conhece como poucos: segurança pública. “O crime organizado se faz dentro do Estado”, afirma o deputado, e nós concordamos. A

catarse coletiva alcançada pela retomada do Complexo do Alemão, acompanhada por uma postura acrílica da imprensa de um modo geral, gerou uma onda sem paralelo de otimismo quanto a uma virada na situação da segurança pública em todo o país. Será? O deputado tem lá suas dúvidas...

Se o crime se faz dentro do Estado, a solução não poderá sair de outro lugar. A Procuradora da República, Valquíria Quixadá, apresenta no artigo “Novos instrumentos de combate à corrupção” avanços no combate a esta chaga nacional.

Claudia Job Schmitt, professora da UFRRJ, por sua vez, assina o artigo “Crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental: os desafios de uma equação”, no qual alerta para a importância de políticas públicas no correto balanceamento da equação.

Ainda nesta edição, Francisco Menezes, economista e diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), relaciona a reforma política com a superação da pobreza, no artigo “Superar a desigualdade e a pobreza”.

De 4 em 4 anos é a mesma cantilena: precisamos fazer a Reforma da Previdência. Precisamos mesmo? Para Flávio Tonelli Vaz, assessor técnico da liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, não. É o que ele discute no artigo “O falso debate previdenciário”.

Por fim, texto do colega Idalvo Toscano analisa a intervenção “criativa” no Banco Panamericano e a alegada origem “privada” dos recursos ali injetados. Para a coluna “Prata da Casa”, apresentamos a história do “cumpanheiro” de luta Luis Carlos Paes de Castro. E o título já diz tudo: “Militância em várias frentes de luta”. A revista está ótima. Aproveite!

Conselho Nacional	Recife	Diretoria Executiva Nacional do SINAL para o Biênio 2009/2011
Belém	Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes	
José Flávio Silva Corrêa	Rio de Janeiro	Em reunião do Conselho Nacional, realizada nos dias 30/4/2005 e 1/5/2005, foi composta a nova Diretoria Executiva do Conselho Nacional do SINAL
Brasília	Sérgio da Luz Belsito	
Paulo de Tarso Galarça Calovi	Julio César Barros Madeira	Presidente: Sérgio da Luz Belsito
José Manoel Rocha Bernardo	João Marcus Monteiro	Secretário: Julio Cesar Barros Madeira
Degel Cruz	Jarbas Athayde Guimarães Filho	Diretor Financeiro: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho
	Sérgio Canas Prata	Diretor Jurídico: Luiz Carlos Alves de Freitas
Belo Horizonte	Salvador	Diretor de Comunicação: Alexandre Wehby
Mirian Silva Carvalho	Juarez Bourbon Vilaça	Diretor de Assuntos Previdenciários: Cleide Napoleão
Curitiba	São Paulo	Diretor de Relações Externas: Paulo de Tarso Galarça Calovi
Ivonil Guimarães Dias de Carvalho	Paulo Lino Gonçalves	Diretor de Estudos Técnicos: Eduardo Stalin Silva
Luiz Carlos Alves de Freitas	Eduardo Stalin Silva	Diretor Extraordinário do GT do Projeto 192 e
Fortaleza	Daro Marcos Piffer	Defesa do Consumidor: Gustavo Diefenthaeler
Eduardo dos Santos Teixeira	Cleide Napoleão	
Porto Alegre	Conselho Fiscal Nacional	
Gustavo Diefenthaeler	Leonardo Torres Burakowski (Presidente)	
Alexandre Wehby	Vicente Fialkoski	
	Gilmar José Bocalon	

Por Sinal	Redação
Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil	Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti (Letra Viva Comunicação)
Conselho Editorial	Reportagem: Rosane de Souza e Paulo Vasconcellos
Alexandre Wehby, Edil Batista Junior, Eduardo Stalin Silva, Gustavo Diefenthaeler, Idalvo Cavalcanti Toscano, Miguel Hostílio Silveira	Fotos da entrevista: Ratão Diniz
Vargas, Sérgio da Luz Belsito e Sérgio Canas Prata	Arte: Maraca Design
	Ilustrações: Claudio Duarte
	Fotolito e impressão: Ultra Set
Secretária: Sandra de Sousa Leal	Tiragem: 10.000
SCS Quadra 01 - Bloco G sala 401 - Térreo	
Ed. Bacarat – Asa Sul – Cep 70.309-900 – Brasília – DF	Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.
Telefone: (61) 3322-8208	
nacional@sinal.org.br	O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas nos artigos assinados.
www.sinal.org.br	



DIREITOS DO CONSUMIDOR

Bancos escondem serviços gratuitos

Página 6

Cadastro: positivo para quem?

Página 11

BACENJUD

Mau uso do sistema exige correções

Página 16



NOVO GOVERNO

O fim da era Meirelles

Página 20



ENTREVISTA/DEPUTADO MARCELO FREIXO
(PSOL/RJ)

"O crime organizado se faz dentro do Estado"

Página 26



PRATA DA CASA

Militância em várias frentes de luta

Página 38

ARTIGOS

Francisco Menezes

SUPERAR A DESIGUALDADE E A POBREZA Página 14

Idalvo Toscano

QUEM GARANTE OS BANCOS PRIVADOS? Página 19

Claudia Job Schmitt

CRESCIMENTO ECONÔMICO, JUSTIÇA SOCIAL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:
OS DESAFIOS DE UMA EQUAÇÃO Página 24

Flávio Tonelli Vaz

O FALSO DEBATE PREVIDENCIÁRIO Página 34

Valquíria Quixadá

NOVOS INSTRUMENTOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO Página 40

Bancos escondem os serviços gratuitos



Com a cobrança indevida de algumas tarifas, que por lei deveriam ser gratuitas, instituições financeiras arrecadam mais que o total de suas folhas de pagamento

ROSANE DE SOUZA

Vinte anos depois da edição do Código de Defesa do Consumidor, a cultura de respeitar os direitos dos clientes ainda não está enraizada no Brasil. Os consumidores brasileiros continuam recorrendo com certa frequência aos tribunais para fazer valer o que está escrito em leis, normas e regulamentações de serviços, sempre ignoradas. As instituições financeiras, por exemplo, utilizam-se de vários expedientes e estratégias para desobedecer à regulamentação específica de cobranças pelos seus serviços, em vigor desde 2008, ano em que o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional (CMN) baixaram uma série de normas sobre o assunto.

Até hoje, os bancos escondem dos clientes alguns direitos, sobretudo o de gratuidade de algumas tarifas, atividade tão lucrativa que chega, hoje,

a ultrapassar o total de suas folhas de pagamento – 20% de toda a arrecadação e 130% da remuneração dos funcionários. Nos Estados Unidos, as mesmas taxas correspondem a 30% do total dos salários (ver matéria na página 10).

Do outro lado dos guichês das agências, os consumidores, em sua grande maioria, desconhecem os direitos de não pagar por serviços que deviam ser prestados gratuitamente, os chamados essenciais, ou pela comissão de permanência – taxa cobrada do cliente em atraso no pagamento dos empréstimos, acrescida de juros moratórios e multa contratual. Essa taxa foi criada nos anos de superinflação, que chegava a atingir 85% ou mesmo 100% ao mês, para ressarcir os bancos dessas perdas.

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) comprova a má-fé dos bancos, quando se trata de informar aos clientes o

que se deve pagar pelos serviços que prestam. Segundo o Instituto, 80% dos 112 milhões de correntistas desconhecem os chamados serviços essenciais, porque os bancos simplesmente omitem as informações sobre a conta gratuita. Na maioria das agências, elas estão em locais estrategicamente escolhidos para impedir que os clientes tomem conhecimento.

Outra parcela dos consumidores nem sequer desconfia que pode receber uma pequena fortuna com a devolução da sobretaxa da comissão de permanência. Por medo desse baque nos lucros, o Itaú-Unibanco propôs, recentemente, ao Ministério Público do Consumidor do Rio de Janeiro a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta, através do qual se compromete a deixar de cobrar essa comissão e a depositar R\$ 10 milhões em um fundo do consumidor, para compensar os prejuízos causados aos clientes no passado.

“O acordo resguarda a possibilidade de um cliente, individualmente, recorrer para receber o seu dinheiro de volta”, afirmou o promotor de Justiça de Defesa do Consumidor e diretor regional do Ministério Público do Consumidor (MPCon), Rodrigo Terra, em seminário de balanço dos 20 anos de vida do CDC, realizado no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro, no fim de novembro.

► **Ganância dos bancos**

O promotor Rodrigo Terra revelou que a decisão definitiva de uma ação de 2002 – que obriga os bancos a se abster de cobrar a comissão de permanência acrescida de juros e multa e determina a devolução dos atrasados – está prestes de ser tomada pelo Superior Tribunal de Justiça e já há jurisprudência de sobra no Tribunal para condenar os bancos. De fato, o entendimento da Segunda Seção do STJ de que as instituições financeiras não podem cobrar cumulativamente de seus devedores inadimplentes comissão de permanência, juros moratórios e multa contratual passou a orientar os demais julgamentos sobre o assunto na Terceira e na Quarta Turma, órgãos julgadores que apreciam matéria relacionada a direito civil no STJ.

O próprio Rodrigo Terra foi vítima da ganância dos bancos. “Eu fiquei pasmo quando vi uma taxa de manutenção da conta corrente ser debitada em minha própria conta”, revelou. “Como cobrar do



Mediação dos conflitos

Poucos correntistas sabem que o BC tem um canal de mediação de conflitos com as instituições financeiras, consórcios e cooperativas. A denúncia de uma cliente do Banco do Brasil revela a importância da existência de um canal de relacionamento desse tipo com o consumidor bancário, porque comprova seu desconhecimento sobre a cobrança dos serviços. Só ao reclamar da cobrança de uma tarifa, ela se deu conta de que usufruía o pacote de serviços essenciais e tinha ultrapassado o limite da gratuidade.

Contudo, no fim de cada ano, a maioria das reclamações dos correntistas costuma ser mesmo sobre a recusa no fornecimento dos boletos de liquidação de empréstimos, principalmente os consignados. Nessa época, em particular, na qual muitos clientes aproveitam o 13º para quitar seus débitos, o comportamento das instituições financeiras é quase um padrão: ou se negam a fornecer o documento, ou atrasam o máximo o seu envio. Estas chegam até a enviar o boleto para o BC, mas nunca para o cliente.

O objetivo das instituições financeiras é claro para a equipe do Banco Central: impedir que o cliente faça novo empréstimo a uma outra instituição que lhe ofereça taxas de juros mais baixas. Há outro golpe, este comumente praticado contra o idoso: bloquear um percentual de sua margem de empréstimo e enviar um cartão de crédito não solicitado. Com a manobra, o banco transfere um percentual da margem do cliente para o CC. É, às vezes, justamente o que falta para que ele possa fechar um empréstimo em outro.

cliente por uma atividade inerente ao sistema financeiro?”, questionou, lembrando um fato que considera bastante curioso: “Os bancos não cobram por depósitos e nunca cogitaram a sua existência.”

A pesquisa realizada pelo Idec parece confirmar a tese de Rodrigo Terra. Ao avaliar os 10 maiores bancos do país – Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, Caixa Econômica Federal, HSBC, Itaú-Unibanco,

Nossa Caixa, Real, Santander e Unibanco –, o Instituto constatou que todos eles escondem dos consumidores as informações sobre a conta gratuita, conforme previsto na Resolução 3.518, de 2007, e pelas Cartas Circulares 3.371, de 2007 e 3.349, de 2008, do Banco Central. Na avaliação do Idec, os bancos têm um entendimento diferente a respeito da decisão do BC, de que os consumidores podem escolher con-

tratar apenas os serviços essenciais ou alguns dos pacotes oferecidos.

Para alguns, eles devem estar presentes nesses pacotes. Ou seja, se um correntista tem um pacote que permite fazer oito saques por mês, quatro deles deveriam ser gratuitos. “Já a opção de contratar apenas os serviços essenciais e não pagar nenhuma tarifa simplesmente não existe”, diz Ione Amorim, economista do Idec, responsável pela pesquisa.

► Uma relação bem delicada

O estudo do Idec, que faz parte do projeto “Bancos, RSE e consumidores do Brasil”, avaliou, ainda, se as instituições financeiras facilitam o acesso à tabela de tarifas, garantindo informações claras sobre a quantia que o correntista vai desembolsar. Três deles não disponibilizam a tabela na página principal dos seus sites: CEF, HSBC e Unibanco. Também, foram constatadas irregularidades e situações constrangedoras em algumas agências, que, segundo Ione Amorim, “inibem a aproximação do consumidor”.

Em uma agência do Itaú-Unibanco, a tabela de tarifas fica ao lado do posto de observação do segurança; em duas agências do Nossa Caixa, próximo às mesas dos gerentes. O quadro das tabelas só segue o mesmo padrão no Bradesco e no Santander; em outros bancos, nunca fica no mesmo local. Ler o cartaz também é tarefa difícil: em algumas agências, está a mais de dois metros do chão; em outras,

como uma do Nossa Caixa, ou estava encoberto por outros informativos, ou desatualizado. Numa agência em que se encontrava atualizado, pouco adiantava: as informações estavam voltadas para a parede.

Confrontada com a pesquisa, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) responde que não cabe a ela a tarefa de fiscalizar o cumprimento das normas do BC sobre afixação de tabela de tarifas nas agências bancárias. A entidade diz ainda que, para dar mais transparência aos serviços bancários, disponibiliza, em seu site, um completo serviço de informações sobre as tarifas cobradas pelos bancos. “Para verificar as tarifas de 30 instituições financeiras, basta acessar www.febraban.org.br e o link para o serviço STAR – Sistema de Divulgação de Tarifas de Serviços Financeiros. Nessa página, estão os valores individuais de serviços, os de pacotes, e a indicação do que é gratuito, além de um simulador que permite ao cliente estimar quanto vai pagar pela utilização dos serviços adicionais”, justifica.

Os serviços essenciais permitem que um cliente bancário receba, sem ônus, cartão de débito, 10 folhas de cheques, quatro saques e duas transferências entre contas do mesmo banco por mês, além de compensação de cheques, dois extratos no caixa eletrônico, consultas ilimitadas pela internet e extrato consolidado mês a mês, uma vez por ano. O prazo de fornecimento desse extrato é até 28 de fevereiro. ▀

“Eu fiquei pasmo quando vi uma taxa de manutenção da conta corrente ser debitada em minha própria conta. Como cobrar do cliente por uma atividade inerente ao sistema financeiro?”

RODRIGO TERRA
Promotor de Justiça de
Defesa do Consumidor

Atividade sem risco

A cobrança de tarifas bancárias se intensificou a partir de 1994, com o Plano Real, implementado pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Até 1994, a arrecadação com prestação de serviços cobria apenas um quarto das despesas com pessoal.

Em 2009, estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontavam que os maiores bancos passaram a acumular, com a cobrança pelos serviços, receita suficiente para cobrir toda a folha de pagamento e ainda sobrar o equivalente a 30%. Em 2007, esse índice era de 127,9%, crescimento nominal de 816,7%, considerando o resultado dos 50 maiores bancos, saltando de R\$ 6 bilhões para R\$ 55 bilhões. Já as despesas com pessoal cresceram 86,9% – de R\$ 23 bilhões para R\$ 43 bilhões –, no mesmo período.

Portanto, foi para compensar as perdas das receitas oriundas da inflação que as instituições financeiras aumentaram o pacote de produtos e serviços prestados, ao mesmo tempo em que passaram a tarifar serviços que, antes, eram oferecidos gratuitamente, tais como extrato, envio de cheque em domicílio, liquidação de cheques de baixo valor. Um dado interessante é que o número de funcionários pouco mudou de 1994 a 2009: passou de 403 mil para 436 mil, uma variação de 8%,

segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro.

Pesquisa do Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (Inepad) comprova, ainda, que os bancos faturaram em duas pontas, de 2000 a 2005, já que a disparada na receita de tarifas não foi acompanhada pela folha de pagamento, que avançou apenas 43% no período.

Só em dezembro de 2010, os consumidores passaram a ter o direito, de fato, de saber o que pagam, e quanto, pelos serviços bancários, ao menos via internet. A relação de tarifas oferecidas pelas instituições financeiras pode ser consultada no Sistema de Divulgação de Tarifas e Serviços Financeiros (Star), ferramenta que permite comparar 72 pacotes de serviços dos 13 maiores bancos do país – Bradesco, Citibank,

Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banrisul, Itaú, Mercantil do Brasil, Safra, Santander, Banestes, BRB, Caixa Econômica Federal e HSBC. No Star, os consumidores podem pesquisar pacotes por parâmetros, como preço e quantidade de determinados serviços, para avaliar qual pacote de tarifas que mais se encaixa no seu perfil de consumo de serviços.

O Star foi lançado em setembro de 2007 como resposta às discussões no governo para controlar as tarifas bancárias, cuja regulamentação passou a valer em abril de 2008. Com a ampliação da consulta e melhorias no programa, as instituições tentam responder, agora, às críticas de que escondem o detalhamento da cobrança por seus serviços, particularmente os gratuitos. O Sistema pode ser consultado no site www.febraban-star.org.br. ✓

EVOLUÇÃO NOMINAL DAS RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DESPESAS DE PESSOAL DOS 50 MAIORES BANCOS ENTRE 1994/2007 (em R\$ bilhões)

Ano	Receita serviços	Despesas de pessoal
1994	6	23
1995	14	25
1999	16	25
2000	18	26
2001	21	27
2002	24	28
2003	28	30
2004	33	32
2005	40	35
2006	46	38
2007	55	43

Fonte: Banco Central (2008)

CADASTRO: positivo para quem?

Por pressão das organizações de defesa do consumidor, o presidente Lula vetou, no último dia do seu mandato, o Projeto de Lei 263/2004, aprovado no Senado a toque de caixa



Dias antes de se pronunciar sobre o Projeto de Lei 263/2004 que criou o chamado cadastro positivo — um banco de dados com informações pessoais, incluindo hábitos de consumo, e financeiras, de todos os consumidores —, o ex-presidente Lula recebeu uma carta assinada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e pelo Fórum Nacional de Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor (FNECDC). Nela, as duas entidades pediam ao então presidente o veto ao projeto, aprovado pelos senadores no apagar das luzes das atividades no Congresso Nacional, no dia 1º de dezembro, apesar de todas as manifestações contrárias das organizações de defesa do consumidor.

O texto seguiu para sanção presidencial, que o vetou em 31 de dezembro. Em seu lugar, Lula publicou a Medida Provisória 518, que contempla os interesses dos consumidores. A MP garante a proteção dos dados e a privacidade dos cidadãos, reforça a aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e determina a fiscalização do seu cumprimento pelo Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

O PL 263 feria “de morte” o artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor, acrescentando o parágrafo 6, exatamente o que cria o cadastro positivo, sem que se tenha previsto qualquer tipo de regra para seu funcionamento. A rapidez de regularização do cadastro, já em pleno funcionamento pela máquina das ins-

tuições financeiras, contrastou com a prudência das iniciativas do governo federal para proteger os cidadãos brasileiros do compartilhamento indiscriminado de suas informações, através de uma lei específica. “No nosso entendimento, não pode haver uma lei de cadastro positivo sem a elaboração de regras que protejam os dados pessoais dos cidadãos. As duas coisas têm de ser conjugadas, caso contrário, o consumidor fica mais fragilizado ainda. Na verdade, o projeto aprovado fragiliza os dois lados, porque também não resolve o problema da inadimplência”, adverte Valquíria Quixadá, procuradora da República. Ela defende o tratamento da questão de forma mais ampla, reunindo garantias de proteção e responsabilidade dos consumidores. Na avaliação da procuradora, o Senado só estabeleceu uma enorme confusão na sociedade brasileira ao aprovar o projeto a toque de caixa.

► Na Justiça, debate continua

Um dia antes da aprovação pelo Senado, o Ministério da Justiça anunciou a abertura de um debate público, a fim de recolher comentários e sugestões para uma lei de proteção aos dados pessoais. O debate está sendo feito por meio de um blog, que pode ser acessado no endereço: culturadigital.br/dadospessoais. De acordo com a proposta, elaborada em parceria com o Observatório Brasileiro de Políticas Digitais do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, qualquer informação pessoal só poderá

ser tratada mediante o consentimento do titular, ou através de expressa previsão legal. “Queremos assegurar ao cidadão o controle e a titularidade sobre suas informações pessoais. Só assim podemos concretizar os direitos à privacidade e à liberdade, garantidos pela Constituição Federal”, diz Laura Schertel, diretora substituta do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça.

O blog do MJ ficará em rede por 60 dias, para receber e incorporar sugestões ao novo projeto. No dia 30 de janeiro de 2011, o texto será finalizado e enviado à Casa Civil, antes de seguir para o Congresso Nacional.

► Legalização do crime

A pressa do Senado comprova a necessidade de as instituições financeiras legalizarem o que já vêm fazendo com uma regularidade espantosa. Há muito tempo, os bancos têm se utilizado do mecanismo de criação de uma segunda “lista suja”, ou cadastro negativo de correntistas, para restringir o crédito a consumidores que estiveram inadimplentes no passado, mas quitaram seus débitos por meio de acordos com as instituições credoras ou estão discutindo seus valores judicialmente. Na avaliação de Valquíria Quixadá, esses cadastros clandestinos são ilegais e até se configuram como crimes, em certos casos. “O SCR é o único cadastro autorizado. A criação de qualquer outro tem de ter a expressa concordância dos consumidores”, enfatiza.

“ Queremos assegurar ao cidadão o controle e a titularidade sobre suas informações pessoais. Só assim, podemos concretizar os direitos à privacidade e à liberdade, garantidos pela Constituição.”

LAURA SCHERTEL
Diretora substituta do DPDC



Contudo, apesar de autorizado, o próprio SCR virou uma arma contra os consumidores. Os bancos andam cultivando o hábito de demorar a retirar da Central de Risco – lista à qual todas as instituições financeiras têm acesso – os nomes de ex-devedores. A Central de Atendimento ao Público do Banco Central já constatou que os bancos “enrolam” até 60 dias para retirar do SCR os nomes dos clientes que regularizaram as suas pendências de crédito. E, também, praticam a irregularidade de manter sujo o nome de quem discute judicialmente o valor cobrado, desafiando a própria Justiça brasileira. O TJ de Minas Gerais julgou favoravelmente ação de uma cliente, cujo nome foi incluído no Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen), mesmo com a questão sub judice. O Banco recorreu, mas a Terceira Turma do STJ, por unanimidade, em favor da cliente, criou uma jurisprudência clara: o Sisbacen não pode ser uma grande lista suja da qual os bancos se utilizam para negar crédito a quem tem ações revisionais. ▣

Caça aos consumidores

Embora o projeto de criação do cadastro positivo tenha previsto o direito de o consumidor autorizar previamente a inclusão de seus dados de crédito, o texto não deixava claro de que maneira se dariam essa autorização e a comunicação entre fornecedores e consumidores. Os defensores do projeto argumentam que, com o cadastro positivo, os bancos iriam premiar os bons pagadores, com redução dos juros, e punir os que já atrasaram seus pagamentos no passado com taxas mais pesadas. O Idec, no entanto, nunca se emocionou com a motivação generosa dos bancos. “Várias medidas têm sido adotadas para a caça aos maus pagadores, visando, em tese, a diminuição do risco de inadimplência. A nova lei de execução de título extrajudicial é um exemplo. Até agora, contudo, não se tem notícia de significativa redução de juros no país, os quais permanecem sendo um dos mais altos do mundo”, aponta Maria Elisa Novais, gerente jurídica do Idec.

Outra grande incógnita é saber como os dados seriam armazenados em qualquer cadastro criado sem autorização das pessoas. Quem vai conhecer, quem vai acessar ou compartilhar as informações pessoais dos cidadãos? “Na avaliação do Idec, a forma como esses dados seriam sistematizados e administrados pode colocar em xeque direitos da personalidade e a garantia da dignidade do consumidor: ele fica sem qualquer controle sobre o que é informado, a quem seus dados são informados e com qual finalidade”, ressalta Maria Elisa.

Superar a desigualdade e a pobreza

FRANCISCO MENEZES (*)

O Brasil tem carregado, ao longo de sua História, o peso de ser um país extremamente desigual e com um expressivo contingente de sua população em situação de pobreza, ou, pior ainda, de extrema pobreza (o Banco Mundial define a pobreza extrema como viver com menos de US\$ 1 por dia e pobreza moderada, como viver com entre US\$ 1 e US\$2 por dia). Ainda está entre os 10 mais desiguais do mundo e, nesta categoria, é o campeão na América Latina. Mas os avanços conseguidos nos últimos anos, tanto com a redução da pobreza como da desigualdade, foram inegáveis e, o que é mais significativo, apresentando uma continuidade que não fora antes experimentada. A parcela da população em situação de extrema pobreza caiu de 12%, em 2003, para 4,8%, em 2008, enquanto que a proporção de pobres reduziu-se de 33% para 23% no período citado. Mesmo com a crise mundial de dois anos atrás, essa tendência se manteve.

Um fato como esse, de tamanha envergadura, nunca é determinado por um único fator, mas pela combinação de iniciativas e situações que geram a capacidade de reversão de um curso a que parecíamos condenados sempre a seguir. E, aqui, arrisco a introduzir um elemento, entre os determinantes que vêm sendo identificados como responsáveis pelo atual processo de queda da desigualdade e redução da pobreza. De natureza diferente dos demais, trata-se da desnaturalização desses fenômenos sociais: não somos fadados a ter um Brasil tão desigual, um país tão rico, com tanta pobreza. Forjada em expressivas mobilizações de massa nos últimos 25 anos, criou-se uma consciência que já não admite o fatalismo diante das calamidades da fome e da negação dos direitos mais elementares e que identifica com clareza



cada vez maior que é no campo das políticas públicas, com controle social, que se efetivam as condições para resgatar o país de seu cativeiro secular de injustiças.

Esta foi a base que assegurou o que veio a seguir, sempre confrontada com enorme resistência de uma minoria que não aceita abrir mão de quaisquer de seus privilégios: a melhoria da renda dos mais pobres, com a importante (ainda que insuficiente) recuperação do salário mínimo; a transferência de renda, alcançando contingente significativo das famílias em condição de pobreza e contribuindo para a garantia de direitos básicos; a previdência rural, de importância tão significativa para as famílias dos pequenos agricultores; as políticas voltadas para a agricultura familiar; a assistência social, em muito ampliada, aos mais vulneráveis socialmente.

Falamos, antes, em combinação de fatores que propiciaram os avanços aqui reconhecidos. Nesse sentido, vale considerar que, ao lado de políticas assistenciais, as medidas voltadas para a criação de um mercado de massa foram cruciais para os resultados obtidos. Evitou-se, as-

sim, a divisão clássica do social separado do econômico, que sempre utilizada reproduz, na melhor das hipóteses, a tentativa de equilíbrio entre políticas de exclusão e políticas compensatórias. Há que citar, ainda, os passos dados na promoção da diversidade e busca de condições de maior igualdade, em termos de etnia e gênero.

Mas não podemos afirmar, sequer, que já estamos na metade do caminho. Os desafios são enormes e não será a simples repetição de acertos passados que garantirá o prosseguimento exitoso daquilo que foi conquistado nos últimos anos. Enumero três desafios que parecem cruciais de serem enfrentados.

O primeiro deles diz respeito à necessidade de implementação de políticas específicas para a extrema pobreza mais invisível a que as políticas atuais não conseguem chegar. Assinale-se que esta situação não é somente determinada por insuficiência ou ausência de renda, mas também por um conjunto diverso e vasto de outros fatores, que requer o trato mais personalizado, insistente, mas respeitoso, e, por isso, mais custoso do que as políticas massivas. Porém, não se pode escusar de cuidar, proteger e promover esses ainda milhões de brasileiros privados de todos os seus direitos.

O segundo refere-se à imprescindível vinculação das políticas públicas voltadas para os grupos sociais mais vulneráveis enquanto políticas de promoção dos

direitos humanos. Em um país em que nem sequer os sujeitos desses direitos se acham portadores deles, há que se aproveitarem todas as oportunidades para a afirmação dos mesmos. E as políticas públicas que promovem esses direitos têm de ser enunciadas como tal. Isso é estratégico para as suas próprias sustentabilidades, para que deixem de ser entendidas como políticas de um determinado governo, mas como fruto de conquistas resultantes de um longo processo de luta.

Por fim, tudo o que se falou aqui não terá condições de maiores avanços se não ocorrer uma profunda revisão do sistema político que hoje se apresenta. Trata-se da realização de uma reforma política que neutralize o poder econômico enquanto determinante das forças políticas que se fazem representar na democracia representativa. Trata-se, também, de fortalecer as modalidades diretas e participativas (haja vista o

potencial e a força de conselhos e conferências). Esse o desafio mais difícil de ser enfrentado e que exige como força motora a própria mobilização da sociedade. Mas o Brasil tem provado para o mundo do que é capaz. ✓



Trata-se da realização
de uma reforma política
que neutralize o poder
econômico enquanto
determinante das forças
políticas que se fazem
representar na democracia
representativa.”

(*) Economista e diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Foi presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) de 2004 a 2007.

Mau uso do sistema exige correções

Criada para dar agilidade ao Judiciário, a penhora on-line está sendo criticada por pessoas que tiveram suas contas-salário ou cadernetas de poupança bloqueadas, o que é proibido por lei

Uma boa ideia para dar rapidez ao Judiciário brasileiro tem rendido bastante polêmica. É o BacenJud, também conhecido como penhora on-line, um sistema informatizado desenvolvido pelo Banco Central que permite aos juízes solicitar informações sobre a movimentação dos clientes de instituições financeiras e determinar o bloqueio de contas correntes ou qualquer conta investimento.

O bloqueio por meio do BacenJud não apenas elimina o uso do papel e do correio tradicional, como também confere mais eficácia às ordens judiciais de penhora de contas bancárias, uma vez que torna mais difícil ao devedor prever quando terá a sua conta bloqueada.

Prejudicados pelo sistema se queixam que ele algumas vezes ex-

trapola seus objetivos com o bloqueio múltiplo de conta além do valor que deveria ser penhorado, ou de atingir contas relativas ao pagamento de salários ou de depósito de caderneta de poupança – o que infringiria a lei.

O BacenJud é acusado, ainda, de violação da competência legislativa ao instituir novo procedimento processual, de quebra de sigilo bancário do devedor, de ofender os direitos fundamentais do processo legal, de descumprir o princípio da execução menos gravosa para o devedor.

“A criticidade em relação ao BacenJud não pode retirar os seus méritos”, alerta Edil Batista Junior, do Conselho Editorial da Por Sinal. “O principal deles é dar efetividade ao processo de execução, que pode

restar frustrado se o devedor não pagar e se omitir em informar acerca da localização de seus bens passíveis de constrição judicial.”

O BacenJud está disponível a todos os ramos do Judiciário, mediante convênio assinado entre o Banco Central e os tribunais superiores. Tribunais regionais e estaduais também aderiram a ele. O sistema elimina a necessidade de o juiz enviar documentos – ofícios e requisições – na forma de papel para o Banco Central toda vez que necessita quebrar sigilo bancário ou ordenar o bloqueio da conta corrente do devedor em processo de execução.

Desde a sua implantação, em 2001, as requisições são feitas por meio de site próprio na internet, ao qual o juiz tem acesso por meio de se-

nha que lhe é previamente fornecida. No portal, o juiz solicitante preenche uma minuta de documento eletrônico com as informações que identificam o devedor e o valor a ser bloqueado.

A requisição eletrônica é enviada diretamente às instituições bancárias, que cumprem a ordem e retornam informações ao juiz. O sistema, portanto, apenas permite que um ofício, antes

encaminhado em papel, seja enviado eletronicamente, racionalizando os serviços e conferindo mais agilidade no cumprimento de ordens judiciais no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

Antes, o ofício era encaminhado pessoalmente, banco a banco, por um oficial de Justiça. O fim da burocracia, porém, é a origem de uma das principais críticas ao sistema. Sem a intermediação desse funcionário, o BacenJud acaba por bloquear todas as contas de um devedor, porque um banco não sabe se o correntista tem conta ou não em outra instituição financeira.

No rastro dos desvios cometidos com o mau uso do sistema, já foram registrados casos de bloqueio de contas-salário e de contas-poupança. Governos estaduais, empresas e entidades de classe estão entre as vítimas que tiveram bloqueados valores acima da dívida.

Há dois anos, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

(Sinal) sofreu com a falta de critério com que alguns juízes usam a ferramenta do BacenJud. Derrotado numa ação em que servidores pleiteavam uma diferença da Unidade Real de Valor (URV), usada como índice de referência para o lançamento do Plano Real, em 1994, o Sindicato foi condenado a pagar uma sucumbência – honorários advocatícios – que chegava a R\$ 95 mil. A penhora determinada pelo juiz do caso, todavia, bloqueou R\$ 500 mil da conta da entidade, que teve de atrasar o pagamento dos salários dos funcionários e renegociar novo prazo para a liquidação de encargos e impostos.

“Foi difícil operacionalizar o sindicato com o dinheiro bloqueado”, lembra o presidente do Sinal, Sérgio Belsito. “O BacenJud é um instrumento valioso, mas precisa ser aperfeiçoado, entre outras coisas, porque não distingue o que é salário do que é saldo de conta.”

No fim de 2009, o governo do Mato Grosso do Sul chegou a impetrar um mandado de segurança preventivo no Supremo Tribunal Federal (STF), para que o presidente do Banco Central se abstivesse de realizar bloqueios por meio do BacenJud, depois que o





Foi difícil
operacionalizar

o Sinal com o dinheiro

bloqueado. O

BacenJud é um

instrumento valioso,

mas precisa ser

aperfeiçoado,

entre outras coisas,

porque não distingue

o que é salário do que

é saldo de conta.”

SÉRGIO BELSITO
Presidente do Sinal Nacional

sistema bloqueou R\$ 444.792.861,23 – R\$ 64.201.299,68 a mais do que havia sido determinado pelo juiz do processo em que o Estado parcialmente perdera a causa.

“Destarte, ficou demonstrado (1) que a validade da transmissão de solicitações judiciais por meio do Sistema BacenJud não se apoia no art. 655-A do Código de Processo Civil; (2) que a criação e a utilização do BacenJud prescindiram de qualquer inovação na ordem jurídica, por ser, tão-somente, um sistema veiculador das ordens judiciais antes transmitidas mediante ofício de papel; e (3) que, pelo meio eletrônico, contratemos, como o bloqueio de valor superior ao especificado em ordem judicial ou

de contas com numerário impenhorável, podem ser contornados com o simples cadastramento de conta nos tribunais superiores. Conclui-se, assim, pela constitucionalidade do sistema e, até mesmo, pela conveniência de sua adoção generalizada, em substituição à antiga forma de solicitação de providências por meio de ofício de papel”, diz um trecho da sentença do ministro-relator do STF, Joaquim Barbosa, que invalidou o pedido de liminar e extinguiu a ação de inconstitucionalidade sem julgamento do mérito.

Uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de outubro de 2008, estava entre os argumentos que justificaram a decisão do ministro. A medida determinava a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Contas Únicas do BacenJud para bloqueios financeiros. A resolução autoriza os devedores a indicar uma conta bancária para penhoras on-line e, com isso, evitar o bloqueio múltiplo de contas.

O CNJ foi instado outras duas vezes a se pronunciar sobre o assunto. No primeiro caso, por conta de um procedimento que envolvia a reclamação de uma empresa que possui a conta única, mas sofreu bloqueio em outras. O caso (PP nº 2511-83), relatado pelo conselheiro Milton Nobre, já foi apreciado pelo órgão. “Ficou decidido que a orientação é para que os magistrados deem preferência à conta única para efetuar o bloqueio, e somente na impossibilidade disso (caso a conta não tenha saldo suficiente, por exemplo) é que o blo-

queio pode ser feito em outras contas”, informa o juiz auxiliar da presidência do CNJ Marivaldo Dantas de Araújo. “Esse tem sido, portanto, o entendimento do CNJ.” Há outro processo de mesmo teor ainda pendente de julgamento.

A Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Fenassojaf) acha que só isso não basta. A entidade reivindica que a operação do sistema BacenJud seja transferida dos juizes para os oficiais de Justiça, como era feito antes da criação da penhora eletrônica.

“Não queremos uma volta ao passado, quando mandato era de papel e o oficial ia até o banco, provisionava o dinheiro e nomeava o gerente da agência fiel depositário até a transferência do valor para uma conta judicial, mas o restabelecimento de uma atribuição que compete aos oficiais de Justiça”, defende o presidente da Fenassojaf, Joaquim Castrillon. “Do jeito que está, o sistema criado para dar celeridade à Justiça acaba por retardá-la ainda mais, uma vez que desvia o juiz do julgamento para um procedimento burocrático. Na mão do oficial de Justiça, acaba-se com o bloqueio excessivo, porque ele pode ser responsabilizado pelo excesso, coisa que não pode acontecer com um juiz.”

“O BacenJud é uma tentativa de realização da Justiça”, afirma Edil Batista Júnior. “Sua legalidade e aplicabilidade não estão a serviço do interesse do Estado, mas, principalmente, do cidadão comum que tenha qualquer crédito sem garantia.” ▀

Quem garante os bancos privados?

IDALVO TOSCANO (*)

O socorro de R\$ 2,5 bi, prestado pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ao Panamericano, foi saudado como ação de rara eficiência a envolver governo e instituições privadas; alega-se ter-se evitado maiores riscos ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) e, por não envolver nenhum centavo de recursos públicos, danos à sociedade.

As opiniões sobre se a instituição supervisora poderia ou não ter agido preventivamente são controversas; contudo, não se questiona a afirmativa amplamente difundida, diga-se, de que a operação envolveu recursos exclusivamente privados.

Uma análise atenta das disponibilidades do Fundo, hoje de R\$ 28,5 bi, nos permite concluir o oposto: os recursos que o constituem são, em grande medida, de origem pública, pois:

Em primeiro lugar, difícil acreditar que as contribuições das instituições financeiras ao FGC não tenham sido repassadas aos usuários de seus serviços; inevitável, em se tratando do SFN.

Por outro lado, a participação compulsória (exceto cooperativas de crédito), estabelecida pela Res. 3.051, de 16/12/2004, do Conselho Monetário Nacional — CMN, se estende, inclusive, aos 12 bancos constituídos com recursos públicos, e equivale a 0,0125% do “montante dos saldos das contas correspondentes às obrigações objeto de garantia”, com cobertura de R\$ 70 mil, a partir de 3/12/2010, por titular daquelas contas.

Entre as instituições participantes, o BB e a Caixa detêm 53,1% dos depósitos à vista e de poupança do SFN. Computados os demais bancos oficiais, chega-se a uma participação de 56,2%. É basicamente sobre esses depósitos que incide a garantia prestada.

Mesmo que se considere a participação pública no BB de 51%, ainda assim pode-se afirmar que a quase metade das disponibilidades do FGC (42,4%) tem origem

na contribuição dos bancos públicos e, dessa forma, são recursos transferidos pela sociedade.

Tal fato é tão mais acintoso aos interesses dos contribuintes quando se sabe que bancos oficiais não costumam “quebrar”, e quando, no passado, tornavam-se tecnicamente inviáveis em decorrência de má administração, foi o Tesouro – federal e/ou estadual – que os socorrem. Posteriormente, quando saneados, foram privatizados, muitas vezes na bacia das almas; também, nessa circunstância, a sociedade assumiu as perdas daí decorrentes.

Ora, se bancos oficiais não “quebram”, concluímos que os recursos públicos, proporcionalmente aportados ao FGC (hoje cerca de R\$ 12,1 bilhões), garantem significativamente as operações realizadas pelo sistema de crédito/financiamento privado.

Não é, pois, tão translúcida a afirmação de que se trata exclusivamente de recursos privados: há, sim, recursos públicos envolvidos na operação de “salvamento”, recursos tais que bem poderiam se prestar a finalidades socialmente relevantes, como, por exemplo, a instituição de um “Fundo Garantidor do Crédito Popular”. Algo como R\$ 2 bi, sob a forma de garantia aos créditos concedidos, fariam a festa do segmento, e, tal como hoje se dá, “abastecido” pela contribuição sobre os créditos concedidos.

A disseminação de serviços financeiros voltados ao “piso inferior da economia” é, indiscutivelmente, fundamental à consolidação do processo de inclusão e supressão da pobreza, ora em curso.

(*) Economista, com formação em Planejamento Urbano (FGV-SP); funcionário do Banco Central do Brasil; ativista do movimento de Economia Solidária. As opiniões expressas neste artigo são de inteira responsabilidade do autor e não refletem sob nenhum aspecto o pensamento oficial do Banco Central do Brasil.

O fim da era Meire

A escolha de um quadro de carreira para presidir o Banco Central é bem recebida pelos que apostam numa articulação maior entre as políticas monetária e cambial e a fiscal

SOB NOVA DIREÇÃO

PAULO VASCONCELLOS

O fim da era Meirelles no Banco Central pode representar um novo alento na condução da economia brasileira. É o que todos esperam com a escolha do diretor de Normas, Alexandre Tombini, para a presidência do Banco, em substituição ao ex-banqueiro, que também foi o presidente que mais tempo ficou no cargo.

Nos últimos oito anos, a política macroeconômica traçada para o Banco Central se mostrou hábil e bem desenhada, apesar de algumas imperfeições apontadas por especialistas. Foi o que transmitiu estabilidade para o Brasil e contribuiu para a rápida recuperação do país durante a crise financeira internacional.

A política de acumulação de reservas e a flexibilidade monetária no período pós-crise tiveram resultado positivo. As reservas internacionais brasileiras somavam, em 26 de novembro, nada menos de US\$ 285.113 milhões.

O controle da inflação também foi bem-sucedido. Mesmo que em 2010 se confirme a previsão de inflação de 5,4%, a média entre 2003 e 2010 terá sido de 5,7% ao ano.

“Uma parte dos mercados começa

a acreditar que já há um processo de estabilização, mas ainda não há uma consolidação disso. Temos de aguardar. Ainda é muito cedo”, alertou o próprio Henrique Meirelles em uma palestra na Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, no fim de novembro, um dia antes de receber a notícia de que não seria mais o todo-poderoso czar da economia brasileira.

Apontado como adversário do desenvolvimento, Henrique Meirelles teria cometido o sacrilégio de somente operacionalizar as políticas monetária e cambial visando, basicamente, o regime de metas de inflação. Trocando em miúdos, seria discípulo de um conservadorismo exagerado, responsável pela pressão tanto dos custos financeiros internos quando da taxa de câmbio pela atração de aplicações financeiras do exterior.

► Na berlinda

O resultado é que conquistou admiradores de um lado, com a mesma facilidade que fez inimigos do outro. “Meirelles pôs o país em outro patamar de seriedade”, disse Fábio Barbosa, presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

“Finalmente tiraram a raposa do galinheiro para colocar um funcionário de carreira”, comemorou Luiz Auber Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). “Havia um conflito de interesses no fato de um ex-banqueiro ser indicado para chefiar a autoridade monetária de um país que tem um sistema financeiro que é

o maior beneficiado pela manutenção de taxas de juros altíssimas.”

Duas faces da mesma moeda que Henrique Meirelles cunhou para blindar o Brasil contra a crise internacional seriam o lastro em reservas internacionais, que garante uma relativa segurança, e o processo de desindustrialização, capaz de ameaçar o futuro do país.

“Endividar em massa as famílias para segurar a indústria automobilística, de eletrodomésticos e o setor imobiliário só garante o presente. Se não houver retomada do investimento na siderurgia, na indústria de cimento, cerâmicas finas, fiação, o país não terá ampliação de capacidade produtiva”, afirmou à TV Educativa do Paraná o economista Carlos Lessa, demitido da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2004, depois que chamou de pesadelo a política do Banco Central instituída por Henrique Meirelles.

“O investimento caiu muito. Em qualquer crise, a demanda cai. Mas o fato concreto é que a capacidade de produção da indústria sairá mais forte do que de crises anteriores, por causa da maturação desses investimentos”, contrapõe Meirelles.

“A escolha de um quadro técnico acaba com uma relação incestuosa do Banco Central com o mercado, mas o mais importante é a definição das linhas de política econômica que a nova presidente pretende implementar”, diz o economista Fernando Cardim, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“Enquanto Meirelles
é independente,
a escolha do Tombini
mostra um BC próximo e
coordenado com o ministro
da Fazenda, Guido Mantega.”

RICARDO SENNES
Economista, sócio-diretor da
Prospectiva Consultoria



Alexandre Tombini é elogiado por ex-dirigentes do Banco Central e por seus colegas: fez uma carreira brilhante e diversificada, que foi da fiscalização ao departamento de Pesquisas e, depois, ao de Normas. Passou três anos no Fundo Monetário Internacional (FMI), sob o comando de um dos melhores quadros da burocracia brasileira: Murilo Portugal. Mas o que pesou para a sua escolha teria sido o pressuposto de que não exigirá respeito à autonomia.

“O fato de o novo presidente do Banco Central ser funcionário de carreira e não estar vinculado ao mercado pode ser uma sinalização de que as políticas monetária e cambial serão, finalmente, articuladas conjuntamente com a política fiscal para atingir alguns objetivos, como o controle da inflação, equilíbrios fiscal e externo e crescimento econômico”, avalia Fernando Ferrari Filho, professor de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

“A indicação de Alexandre Tombini sinaliza que o Banco Central terá uma

autonomia formal, mas não muito real no governo de Dilma Rousseff”, afirmou o economista e cientista político Ricardo Sennes, sócio-diretor da Prospectiva Consultoria, num evento da Câmara Americana de Comércio (Amcham), em Ribeirão Preto, São Paulo, no fim de novembro. “Enquanto Meirelles é independente, a escolha do Tombini mostra um BC próximo e coordenado com o ministro da Fazenda, Guido Mantega.”

► Integração da equipe

A saída de Henrique Meirelles fortalece Guido Mantega – e não por acaso. Segundo fontes do Palácio do Planalto, o presidente do Banco Central caiu por conta da combinação entre a desastrada entrevista que deu a um jornal do Rio de Janeiro, em que impunha maior autonomia ao Banco como condição para ficar, e a hábil manobra do ministro da Fazenda, que disse diretamente à presidente eleita que, se convidado, continuaria no governo, mas ficaria mais confortável sem Meirelles no Banco.

Poucos são, afinal, os que defendem uma relação tão próxima entre um banco central e o mercado como a que parecia ter-se tornado tradição no Brasil. Nada a ver com a honestidade pessoal dos envolvidos, mas com a óbvia desconfiança de que uma relação íntima cria a favor de um grupo num processo de decisão que envolve os interesses de toda a sociedade.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o presidente do Federal Reserv (FED) nunca é alguém do mercado. Pelo menos, desde Arthur Burns, nomeado por Richard Nixon, passando por Paul Volcker, um funcionário público de carreira indicado por Jimmy Carter, e Alan Greenspan, escolhido por Ronald Reagan e mantido por Bill Clinton, até Ben Bernanke, agora no governo Barack Obama, o posto é dado a alguém de outras origens que não o mercado.

No Brasil, o Banco Central, em muitos casos, acabou sendo um trampolim para se conseguir melhores empregos em instituições financeiras depois. A Por Sinal mostrou, em sua 28ª edição, como o mercado financeiro e um cargo de direção no Bacen andaram sempre de mão dadas.

“A administração Henrique Meirelles foi excelente para a imagem institucional do Banco Central”, diz Sérgio Belsito, presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal). “Ele trouxe um destaque para a operacionalização do Banco. Na política monetária, mostrou-se que o Bacen precisa de independência para trabalhar. Há críticas sobre a taxa de juros, mas, ao mesmo tempo, é

preciso reconhecer que Meirelles trouxe uma qualificação maior para o BC, principalmente durante a crise financeira internacional, embora isso não se tenha revertido em reconhecimento salarial dos servidores.”

“A nomeação de Alexandre Tombini é um passo extremamente importante para se estabelecer uma relação republicana entre o sistema financeiro e uma instituição pública, como o Banco Central. Regras mais estritas de quarentena pós-serviço também deveriam ser propostas”, defende Fernando Cardim.

► Os novos desafios

Mais do que a discussão em torno de nomes, o que importa para os economistas é qual linha de política econômica será adotada. Há pouca discordância de que as contas do governo, a dívida pública e os juros serão os grandes desafios de Dilma Rousseff.

A equação mais difícil parece ser a que contrapõe o compromisso da

nova presidente de manter os gastos sociais e o esforço fiscal de ajuste das contas públicas, que aponta para uma relação da dívida líquida/PIB de 30% em 2014. Hoje, esta relação chega a 40%. Para se atingir a meta prevista para daqui a quatro anos, seria preciso uma redução de quase 3% ao ano.

Para os economistas ouvidos pela Por Sinal, haveria uma certa lógica em manter as coisas como estão, pelo menos por algum tempo, levando-se em conta que o governo Dilma Rousseff deve seguir as mesmas linhas fundamentais do governo Lula.

As políticas de liquidez aplicadas durante a fase mais aguda da crise são consideradas inteligentes e oportunas e contribuíram para salvaguardar a saúde do sistema financeiro nacional. Também, a supervisão financeira contribuiu para manter a boa tradição do Banco Central nessa área.

A expectativa é que haja uma ligeira flexibilização, a médio prazo, da política monetária. No curto prazo, o Banco Central deve elevar a Selic, porque a

inflação está em alta e ultrapassando em mais de 1,0% o alvo da meta para 2010. A curva de queda na Selic deve ser retomada do meio para o fim do próximo ano, até que a taxa atual, de 10,75% ao ano, seja restabelecida.

“O Brasil precisa centralizar e controlar o câmbio, porque não podemos deixar que saiam do país mais dólares do que entram”, ensina Carlos Lessa. “Temos de ter uma política para represar dólares, de puxar para cá os dólares que estão fora. Meirelles estava matando a indústria e fazendo deste país um país de jogadores em juros altos.”

“O ponto do qual não se poderá fugir, no futuro, é a conexão insustentável entre taxas de juros altas e câmbio flexível, que está nos conduzindo à desindustrialização e à especialização em exportações de produtos primários”, diz Fernando Cardim. “Uma política mais inteligente de juros e câmbio não pode mais ser adiada, especialmente dadas as turbulências que se acumulam no cenário internacional.”

“Ambas as políticas têm de ser operacionalizadas de forma a controlar a inflação, contracíclica para impactar na demanda efetiva, e a manter uma taxa de câmbio real efetiva de equilíbrio para ajustar o balanço de pagamentos”, apregoa Fernando Ferrari Filho.

Na matemática da política econômica, a equação é em tese mais simples. Trata-se de buscar um crescimento sustentável sem os riscos de recaída inflacionária. Nesse ponto, Henrique Meirelles pode ao menos ter assentado as bases para que Alexandre Tombini faça melhor. ▣

“Temos de ter uma política para represar dólares, de puxar para cá os dólares que estão fora. Meirelles estava matando a indústria e fazendo deste país um país de jogadores em juros altos.”

CARLOS LESSA
Economista e ex-presidente do BNDES



Crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental: os desafios de uma equação

CLAUDIA JOB SCHMITT (*)

Já se tornou lugar comum a afirmação de que o desenvolvimento é um processo multidimensional, irredutível aos seus aspectos meramente econômicos. A conexão existente entre crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental é hoje, no entanto, objeto de inúmeras controvérsias. Ainda que o meio ambiente tenha se tornado um ponto de passagem obrigatório no cenário político da atual campanha presidencial, a falta de aprofundamento de algumas questões-chave relacionadas à problemática ambiental desenha um horizonte de incertezas diante daqueles eleitores que insistem em se preocupar com a qualidade ecológica e humana dos processos econômicos que dão sustentação às tão anunciadas taxas de crescimento do PIB. A constante referência à noção de desenvolvimento sustentável, com sua generosa promessa de um desenvolvimento capaz de suprir as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras atenderem também às suas, do discurso político atual, não parece trazer maior clareza ao debate.

Um primeiro elemento a ser destacado é o fato de que o meio ambiente se tornou, em nível global, uma nova fronteira de acumulação produtiva e financeira para o capital. Encontra-se em curso, nas diferentes regiões do planeta, um intenso processo de disputa pelo acesso à terra, à água e à biodiversidade, envolvendo velhos e novos mecanismos de mercantilização daquilo que a economia ambiental denomina de bens e serviços ambientais. A competição pelo acesso aos recursos naturais impulsiona hoje, por exemplo, um movimento

internacional de aquisição de terras agrícolas por estrangeiros (governos e corporações) na Ásia, na África e na América Latina (land grabbing). Um levantamento recente, divulgado pelo Banco Mundial, revela que 46,6 milhões de hectares de terras foram adquiridos por estrangeiros nos países em desenvolvimento, entre outubro de 2008 e agosto de 2009 – área superior a toda a região agricultável do Reino Unido, França, Alemanha e Itália. Inúmeras são as pressões, internas e externas, visando a desestruturação dos mecanismos regulatórios e de intervenção estatal, capazes de garantir diferentes níveis de controle governamental e de gestão pública sobre o meio ambiente. Sofisticados instrumentos de mercado (créditos de carbono, serviços ambientais, projetos de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação – REDDs, mecanismos de proteção da propriedade intelectual) vêm sendo implementados como um desdobramento de diferentes tratados internacionais, incluindo a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a Convenção da Diversidade Biológica, entre outros. Não há dúvida de que a questão ambiental não é uma questão apenas nacional, envolvendo conflitos e contradições que passam múltiplas arenas de negociação, articulando-se do nível local a uma escala global. Seria um erro, no entanto, subestimarmos o papel que os estados e as políticas públicas implementadas em nível nacional podem assumir na preservação e gestão da natureza como um bem comum e na transição para sociedades que tenham como alicerce modos de vida sustentáveis.

A economia ecológica, campo disciplinar emergente, mas cujas raízes podem ser encontradas no pensamento de diversos autores já no século XIX, traz uma contribuição importante no sentido de renovar nosso olhar sobre a realidade, chamando atenção para os fluxos de energia e materiais que sustentam a economia, vista, nessa perspectiva, não como um sistema fechado e autorregulado, mas como um sistema aberto, inserido em um substrato biofísico, limitado por balanços de matéria, entropia e finitudes. Nessa perspectiva, o crescimento do PIB, a estabilização da inflação, a elevação das taxas de juros, não podem ser pensados como processos autônomos, sem

nenhuma relação com as dimensões materiais que sustentam a produção e a reprodução dos modos de vida ou com os inúmeros conflitos que emergem na disputa pela apropriação e o uso dos recursos naturais. Políticas voltadas ao crescimento econômico, à expansão do emprego e à elevação do consumo precisam envolver, necessariamente, considerações relacionadas ao esgotamento dos recursos naturais, à geração de resíduos e à deterioração dos modos de vida. As novas alternativas tecnológicas, carregadas de promessas de crescimento com sus-

tentabilidade, deveriam necessariamente passar por um atento processo de discussão e avaliação técnica e social, por parte não apenas de um conjunto seleto de especialistas, mas também dos cidadãos diretamente afetados pelo impacto das novas tecnologias.

Um exemplo bastante ilustrativo pode ser encontrado na definição, pelas políticas de Estado, dos agrocombustíveis como um componente fundamental no processo de transição para uma matriz energética ambientalmente sustentável. Não cabe entrar aqui em todo um detalhamento acerca dos impactos sociais e ambientais gerados pelo avanço das grandes mono-

culturas destinadas à produção de energia. É impossível ignorar, no entanto, o fato de que a sustentabilidade social e ecológica dessa alternativa ainda não foi suficientemente comprovada. A crise alimentar de 2008 tornou visível o impacto da expansão dos cultivos energéticos sobre os preços dos alimentos. O atual modelo agrícola, altamente dependente do petróleo e de outros combustíveis fósseis, enfrenta, hoje, uma série de limites, como os picos nos preços do petróleo e o esgotamento das reservas de potássio. Fica com isso fragilizada a imagem dos agrocombustíveis como uma fonte de energia renovável. A construção de um mercado internacional de combustíveis de origem

não-fóssil é parte das estratégias políticas e comerciais do Estado brasileiro. A transição para um novo modelo de agricultura, menos concentrador de renda e de recursos, e menos dependente de combustíveis fósseis, não se configura, necessariamente, como uma prioridade. Os índices de produtividade continuam sendo o principal critério de avaliação da eficiência e eficácia das tecnologias agrícolas.

Reforça-se, aqui, a ideia, de que crescimento econômico,



A transição para um novo modelo de agricultura, menos concentrador de renda e de recursos, e menos dependente de combustíveis fósseis, não se configura, necessariamente, como uma prioridade.”

justiça ambiental e sustentabilidade ambiental integram uma complexa equação. Não se trata, apenas, de alterar a relação entre essas variáveis, mas também de redefinir os termos desse debate, rompendo com o discurso genérico de “preservação da natureza” e “promoção de um desenvolvimento sustentável”. O Estado e as políticas públicas têm um papel fundamental nesse processo de transição. É fundamental discuti-lo. ▀

(*) Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ)

“O crime
organizado
se faz
dentro do
Estado”



Um dos deputados estaduais mais votados na eleição de outubro de 2010, Marcelo Freixo (PSOL/RJ) é bom de briga, principalmente quando ela envolve o crime organizado e a corrupção dentro do poder público. Para esse segundo mandato, ele promete outras investigações que, quem sabe, resultem em uma nova CPI (ele esteve à frente da CPI das Milícias, que colocou na cadeia algumas cabeças, em 2009). Sobre esse assunto, porém, ele prefere não adiantar nada – é esperar pra ver. Mesmo com a Assembleia Legislativa do Rio em recesso, ele recebeu a POR SINAL em seu gabinete e, durante duas horas, conversou sobre o combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro. Crítico da política de segurança do governo Sergio Cabral, ele defende um amplo debate sobre o crime organizado no Rio de Janeiro que envolva a relação entre Estado, território, governança e soberania. “A relação desses quatro elementos é fundamental para se entender a lógica do crime organizado na região”, adverte.

■ Na quebra do sigilo bancário dos criminosos do Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo, em 2006, depois de uma série de atentados comandados pela organização, a polícia rastreou mais de 300 contas bancárias. Revelou-se um esquema montado, uma rede financeira, que envolvia esposas, parentes, amigos. O curioso é que eles montaram toda essa rede durante um ano e pouco e nenhum órgão responsável pelo combate ao crime organizado detectou essa movimentação. Por que isso?

É um misto de incompetência com falta de vontade política. Na CPI das Milícias da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, quebramos o sigilo bancário dos nossos investigados, que não foram poucos, e acabamos indicando 225 pessoas, o que gerou uma reviravolta no tema das milícias a partir de 2008. É só comparar os números. Em 2006, foram presos cinco milicianos; em 2007, já no governo Sérgio Cabral, 24 – número reduzidíssimo. Em 2008, no segundo semestre, havia 78 presos, depois da CPI das Milícias, que seria concluída no dia 10 de dezembro desse ano. Em 2009, foram 275 milicianos presos. E todo o trabalho é feito em cima do que a CPI levantou. Nós interrogamos boa parte dos líderes milicianos, fizemos todo o mapa das milícias e quebramos o sigilo. Primeira observação: é muito difícil quebrar o sigilo. As assembleias estaduais têm uma limitação jurídica muito grande, porque só se consegue quebrar o sigilo numa CPI de uma assembleia estadual recorrendo ao Supremo Tribunal Federal (STF), o que é um absurdo.

■ Por que é preciso apelar ao STF?

Porque há uma interpretação equivocada da lei pela Receita Federal. A Receita deveria ser um instrumento de facilitação do enfrentamento ao crime organizado, mas não passa de um instrumento de burocracia que, às vezes, impede que se investigue e se consiga chegar a um resultado adequado. O crime organizado, ao contrário do crime violento de rua ou do crime pequeno, precisa de investigação, de produção de inteligência, de informação, que passam pelas agências institucionais do Estado. O crime organizado nunca é paralelo. Paralelos são a barbárie, o crime das ruas, da violência, a criminalidade, que existem, com variações, em qualquer lugar do mundo. O crime organizado se faz dentro do Estado. Em nenhum país tem crime organizado fora dos braços do Estado. Esse é o primeiro diagnóstico fundamental. A partir daí, a gente começa a entender um pouco a dificuldade de o próprio Estado combater o crime, porque o crime está organizado dentro dele, e o dinheiro passa pelas redes de interesse político e econômico. Se você olhar o nosso sistema de Justiça criminal, vai entender isso melhor. Quem está preso? Que tipo de crime gera privação da liberdade?

■ Para os traficantes, é caro manter um exército de gente armada nas favelas só para a venda de drogas. No caso das milícias, as fontes de renda são variadas. A CPI das Milícias conseguiu mapear o crescimento delas?

As milícias são agentes públicos da área de segurança ocupando um território com uma lucratividade enorme. Em

uma das milícias que investigamos, descobrimos que só com o controle do transporte alternativo o faturamento era de R\$ 170 mil por dia. Em 2008, havia cerca de 170 milícias no Rio de Janeiro; hoje, são quase 300, mesmo com a prisão de vários líderes. Mas dados sobre o patrimônio dos integrantes de milícias foram difíceis. Quando nos deparamos com a quebra do sigilo bancário de vários milicianos, a Receita no Rio de Janeiro não respondeu, e depois se negou a fornecer as informações, alegando que as assembleias estaduais não têm poder de quebra de sigilo. Por quê? Porque a Constituição Federal fala da quebra de sigilo das CPIs federais, mas não diz que as assembleias estaduais não podem. Ela apenas não diz, mas também não diz o contrário. Então, a Receita interpreta à luz do seu entendimento, e aí é uma leitura que fere todo o princípio republicano.

■ A Receita Federal também negou as informações?

Não, mas você só chega lá depois de recorrer. Quando recorre, ganha, mas perde-se um tempo precioso numa investigação. Uma CPI tem prazos a serem cumpridos.

■ Depois da CPI, dá para perceber mudanças?

Muito poucas. O sufocamento do crime organizado exige uma integração clara de todo os níveis de governo – municipal, estadual e federal. A CPI das Milícias foi a maior escola que eu tive, porque conheci melhor a engrenagem do Parlamento e a engrenagem do crime organizado. Só se consegue ver como é a lógica dos bandidos depois de entrar no esquema. O processo da lavagem de dinheiro deles é tosco. É primário. Os laranjas são todos filhos, irmãos e mulheres. É assim com as milícias, mas também com o PCC.

■ Qual o grande debate sobre o crime, hoje?

O debate do crime organizado no Rio de Janeiro envolve a relação entre Estado, território, governança e soberania. A relação desses quatro elementos é fundamental para se entender a lógica do crime organizado na região. E aí há coisas complementares. O debate sobre o território do varejo da droga é uma realidade, mas não é o tráfico internacional de drogas, que não passa pelas escalas mais pobres. Aqueles garotos de sandálias havaianas, desdenta-

Aqueles garotos de sandálias havaianas, desdentados e de baixa escolaridade não têm a menor capacidade de organizar qualquer crime que fuja à esfera do seu território de controle, muito menos um crime internacional.”

dos e de baixa escolaridade não têm a menor capacidade de organizar qualquer crime que fuja à esfera do seu território de controle, muito menos um crime internacional. Eu falo isso porque há mais de 20 anos trabalho dentro das cadeias, conheço todos eles, boa parte já foi meu aluno. Já negocieiei rebelião, trabalhei com prevenção da Aids nas prisões, conheço pessoalmente esses caras que são chamados de “grandes traficantes”. Não são pessoas com capacidade de organizar qualquer coisa fora do seu território. São pessoas com capacidade de organizar sua comunidade para o crime, de gerenciar o seu negócio criminoso ali, nada além disso.

■ Não são os operadores.

Exatamente. O crime organizado, assim como o capitalismo, não se restringe hoje a um território, a uma nação. Ele é especulativo, circula numa velocidade muito maior, é mais sofisticado do que o domínio de um território. Quando se fala em combate ao crime em um território dominado pelo varejo da droga, isso se faz com a polícia, não precisa de produção de inteligência. Pega o tanque, pega o caveirão, pega o apoio da Marinha, do Exército, e vai lá e toma o Alemão, que era o lugar mais complicado de todo o Rio de Janeiro, em termos de varejo de drogas. E toma em um dia. Decidimos pegar isso aqui. Isso aqui é nosso, é do Estado. Nunca deixou de ser. Quem controlava o Alemão? O Marcinho VP? O irmão do Marcinho foi candidato a de-



putado estadual e não se elegeu. O Sérgio Cabral teve 78% dos votos do Complexo da Penha e 77% do Complexo do Alemão. Então, quem controla o Alemão? Esse é um debate difícil, mas que a gente tem de fazer.

■ Você contesta, então, a tese de que o tráfico toma conta desses territórios por causa da ausência do Estado?

O Estado não é ausente em lugar nenhum. Por isso, o debate é Estado, território, governança e soberania. Os centros sociais dentro do Alemão recebiam dinheiro da prefeitura do Rio. Desde quando aquilo foi território hostil? Já a milícia é diferente. Qual o último confronto de que se tem notícia entre polícia e milícia? Você não viu, não tem. Porque a milícia é a polícia, porque a milícia está dentro do Poder Público, porque a milícia sempre foi o resultado dessa relação entre periferia, Estado e poder na reprodução de uma elite política corrupta. Como não vai ter uma polícia corrupta se a elite política do Rio é corrupta? A polícia precisa ser corrupta, porque ela precisa ser um instrumento da reprodução dessa elite política corrupta. Estou falando da estrutura, e não dos policiais. Tem polícias que são excelentes, e a CPI das Milícias não teria chegado aos resultados que chegou se não fossem elas. Ou alguém acha que é coincidência o Álvaro Lins na chefia da Polícia Civil em dois governos? O projeto de poder passa por uma questão central no Rio, que é a questão da segurança pública, a manutenção da ordem.

■ É mais fácil tomar o Alemão do que combater os operadores?

Muito mais fácil. Porque a milícia é essa relação perigosa entre braços políticos, crime, polícia e política. É o que leva Cesar Maia a dizer que milícia é uma forma de autodefesa comunitária. Então, você tem chefes da Polícia falando do mal menor, que é a milícia. Por quê? Porque esses operadores do domínio periférico da cidade lucram com o domínio local e são úteis ao domínio político maior. Sempre foram. A diferença é que chega uma hora, isso em 2004, em que esses caras falam: eu domino um território, eu tenho dinheiro, eu elejo os caras. Espera aí, eu também quero frequentar o Palácio. E não quero entrar pela porta de serviço, quero entrar pela porta da frente. Em 2004, eles se elegeram: o Nadinho de Rio das Pedras [Josinaldo Francisco da Cruz, eleito vereador em 2004 e assassinado em 2009, depois de prestar depoimento à CPI das Milícias, em que identificou alguns integrantes de grupos paramilitares]; o Jerominho [Jerônimo Guimarães Filho, do PMDB, condenado a 10 anos de prisão por formação de quadrilha]; e o Deco [Luiz André Deco, denunciado pela CPI das Milícias]. Por onde se elegem? Pelo “Partido da Milícia”? Não, pelo DEM e pelo PMDB – partido do prefeito e do governador, respectivamente. Porque, claro, sempre foram agentes dessa reprodução do poder. O Natalino [Guimarães, denunciado em 2008 por formação de quadrilha] se elege pelo DEM em 2006. As milícias passam a ter projeto de poder. O discurso é o da ordem. São fundamentais o distintivo, a arma e o discurso da ordem. Nenhum miliciano se considera criminoso, pelo contrário.

■ Nenhuma das propostas da CPI foi adotada para o combate às milícias?

O relatório da CPI tem 58 propostas concretas para acabar com as milícias. Poucas vezes a gente fala da polícia. A polícia fez o seu trabalho diante das milícias. Foi lá e prendeu os milicianos – estão presos até hoje. Prenderam deputados, vereadores, os donos das milícias que indicamos. Acabaram de prender um vereador de Caxias indiciado por nós. Agora, o que acontece: você prende os líderes, mas não atinge o braço econômico das milícias. Crime organizado não é

ideológico, por mais que ele possa ter projeto de poder. A milícia tem, o varejo da droga, não. O varejo da droga é a barbárie pela barbárie e o domínio local. O varejo da droga não discute o Rio de Janeiro, não tem um projeto de cidade. Agora, a milícia, segundo uma pesquisa recente do Storani [Paulo Storani, mestre em antropologia contemporânea pela Universidade Federal Fluminense (UFF)], domina hoje áreas do mesmo tamanho ou maiores do que aquelas dominadas pelo tráfico.

■ O que mais o relatório da CPI aponta para o combate ao crime organizado?

Para se enfrentar o crime organizado no Rio de Janeiro, é preciso tirar das milícias o domínio das vans, que é a grande fonte de financiamento desses grupos. Tira-se esse domínio com a polícia? Não! Tem de fazer uma licitação pública. É preciso, ainda, acabar com a relação com as cooperativas de transporte e regulamentar o transporte alternativo, até para que ele seja efetivamente alternativo, porque, na Baixada Fluminense e em alguns bairros da Zona Oeste, o “transporte alternativo” é a única opção que os usuários têm. Portanto, não tem nada de alternativo. Tem de fazer com que a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor) pare de fazer o que quer. É preciso, ainda, investigar a variação patrimonial de policiais militares. Como pode um sargento bombeiro ter um apartamento na Avenida Sernambetiba, na Barra da Tijuca, de R\$ 1 milhão, e seis carros de luxo e ninguém saber disso?

■ Nada disso foi feito?

As propostas que pegam no braço econômico das milícias, não. E a responsabilidade, para ser justo, não é só do governo estadual. Até porque o crime organizado precisa ser enfrentado como uma articulação de poderes. O governo federal poderia adotar algumas medidas que seriam fundamentais, como a desmilitarização dos bombeiros. Por que um bombeiro tem arma? Quando eu falei sobre isso em outros países, todo mundo riu. Um bombeiro só usa arma quando não está trabalhando como bombeiro. E o contingente de bombeiros na milícia é enorme. Eu não estou dizendo que são todos, claro, é preciso cuidado com a



generalização, mas não tem cabimento bombeiro ser militar, e esse é um assunto que exige uma emenda constitucional. O ex-ministro da Justiça Tarso Genro reconheceu isso, mas nunca encaminhou o assunto. Vamos ver se o novo ministro, José Eduardo Cardozo, tem mais coragem. Mas não é só. Veja o caso da Agência Nacional de Petróleo, que controla a fiscalização de distribuição de gás em todo o Rio de Janeiro, com apenas cinco fiscais. Quando se descobriu um depósito com 5 mil botijões de gás controlado pela milícia de Campo Grande, na Zona Oeste, só a ANP não sabia onde ficava.

■ O Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), do Ministério da Fazenda, recebeu, em 2010, um milhão e duzentas mil comunicações de atividades financeiras que poderiam conter algum tipo de ilícito, mas tem apenas 50 funcionários.

Essa é uma opção. Os setores que poderiam enfrentar o crime organizado teriam de enfrentar o crime dentro do Estado, não para fora. Toda lógica de segurança pública é pensada do Estado para fora, do Estado para as áreas de crime, que são as áreas pobres. A lógica da segurança pública é historicamente repressiva com índices de esclarecimento de crimes bisonhos. O esclarecimento de homicídio não chega a 5%, porque não se opera na lógica da investigação, que levaria ao andar de cima, quando tudo é feito para se atingir apenas o andar de baixo. Não precisa ir muito longe. Como se pegam os criminosos? Pelo patrimônio. Agora, parlamentares e juízes têm como justificar seu patrimônio? Quem investiga?



Para se pegar o crime organizado, muito mais do que na favela, é preciso ir até a Bolsa de Valores, ir nos patrimônios, na especulação imobiliária, onde o crime se faz e se mostra visível.”

■ O Gafi (Grupo de Ação Financeira Internacional), que é um organismo intergovernamental de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, fez uma avaliação dos avanços e retrocessos no Brasil, que aponta, entre os pontos positivos, a criação de varas específicas na Justiça para tratar de lavagem de dinheiro e crime organizado. Mas, em contraposição, registra o número baixo de condenações. Onde está o gargalo?

São vários. O Ministério Público, tanto estadual quando federal, é um problema. O estadual acaba sendo um braço político do governo por conta do processo de escolha dos procuradores, que compete ao governador. Então, você tem alguns órgãos com dificuldades políticas para agir e outros com problemas estruturais que os impedem de agir. O que diferencia a criminalidade do Rio de Janeiro da criminalidade nacional? É a questão da arma. Não é o número de homicídios, nem o tráfico de drogas. Em qualquer dado, o Rio de Janeiro não é o primeiro lugar. Mas a imagem do Rio de Janeiro para o restante do Brasil é que é o lugar mais violento do Brasil. É o lugar mais bonito e o mais violento. O que diferencia o Rio de Janeiro é o tipo de arma. Em nenhuma outra cidade você tem o número de fuzis que circula aqui. O que se faz para enfrentar o armamento? Onde as armas são apreendidas? Nas favelas. Mas todo mundo sabe que as armas não são fabricadas na favela. Qual a estrutura para enfrentar o tráfico de armas nos portos? Na Baía de Guanabara? E nos aeroportos clandestinos? É zero. E por quê? Ninguém sabe que por ali passa o crime organizado, o lucro do crime? Sabe, sabe, mas não faz, porque

a lógica não é do enfrentamento ao crime organizado, e isso responde tanto da questão policial quanto da estrutura do Estado, da Receita, dos órgãos fiscais, dos órgãos financeiros. Na verdade, para todo Estado Mínimo, você tem um Estado de repressão máxima. Repressão máxima é a contrapartida do Estado Mínimo. É inevitável. O Estado de repressão máxima não pode ser feito no Estado Mínimo, faz-se para fora. Então, o que se enfrenta são os espaços pobres, que precisam ser controlados. A opção é a do processo de criminalização da pobreza. Quem é o inimigo público hoje? Eu não sei quem ele é, mas sei onde mora. É na favela. Isso é um processo muito antigo no Rio de Janeiro.

■ Nunca como agora parece que essas ações que o senhor contesta foram tão aplaudidas: as Unidades de Polícia Pacificadora representam um avanço quase que unânime, a ocupação do Alemão recebeu aplausos generalizados. O senso crítico foi anestesiado?

O senso crítico está muito reduzido. Qualquer sociedade que vive a lógica do medo vive na lógica da produção da intolerância. E o carioca tem razões para ter medo. Qualquer sinal de enfrentamento é aplaudido. Eu não estou dizendo que as UPPs não têm elementos positivos. Eu acho que têm, mas a gente tem de aproveitar para discutir a lógica da UPP, até para poder transformá-la. A UPP vai se desgastar se for apenas uma operação policial. O problema é a gente sair da lógica da propaganda. Para não ficar no discurso, minha equipe e eu visitamos todas as áreas de UPPs. No Chapéu Mangueira e Babilônia [favelas da Praia do Leme, na Zona Sul], tem UPP há um ano e meio, mas não se recolhe lixo há um ano, não tem nenhuma creche, não tem escola, não tem hospital, não tem um médico, não tem nada de social. O tráfico saiu, mas, para além da polícia, o que chegou? No Dona Marta [favela no bairro de Botafogo, também na Zona Sul], a avaliação dos moradores é complicada também. Não estou dizendo que não há avanços, mas que é preciso debater. Porque, a questão principal neste caso é qual? A UPP tem de ser boa para quem mora fora ou para quem mora dentro da favela? Esse é o debate que tem de ser feito. O secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, tem razão quando alerta que a UPP vai fracassar se não tiver investimento social.

■ Foi possível detectar alguma relação entre milícias e igrejas?

É muito frágil. Há, claro, uma lógica religiosa que serve para alguns deles na questão do domínio local, mas não são pessoas que controlam igrejas. A bancada religiosa da Alerj não é a mesma bancada milicianana. Mas alguns desses milicianos caminham também pela lógica da Igreja, porque isso ajuda no processo do domínio político.

■ O governo Lula conseguiu, de certa forma, reduzir o processo de Estado mínimo, acentuado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, mas o Banco Central, para se ter ideia, tem hoje 800 fiscais em todo o país para realizar a fiscalização de rua – aquela que vai ao banco para saber se a conta bancária que foi aberta é compatível com a renda do correntista. O mais grave é que, nos próximos dois anos, 1.600 funcionários se aposentam, e fica a incerteza de como vai se repor a cultura acumulada por esse contingente. E isso acaba tendo reflexos na questão da lavagem de dinheiro...

Porque o Estado Mínimo não é só um instrumento da privatização, que é o reflexo mais visível. O Estado Mínimo é quando ele perde a capacidade de enfrentar suas próprias mazelas. Você enfraquece os instrumentos de correção. Isso é que é o mais trágico. Porque, qualquer um sabe que quem tem vida pública, como o nome já diz, não pode ter sua vida financeira privada. A vida pública teria que, obrigatoriamente, gerar um processo automático de transparência sobre a vida financeira. A República brasileira não resiste a isso. Cai a República. É melhor combater a favela.

■ Pelo que o senhor está falando, seriam anos e anos para se assimilar uma nova cultura?

A luta política, hoje, é uma luta pedagógica. É a luta pela construção de outro olhar. É um debate republicano, em que a cultura de direitos é o elemento fundamental. Ou você analisa uma perspectiva republicana baseada na cultura de direitos, que tem outro patamar nas relações sociais, ou vai continuar discutindo segurança pública como caso de polícia.

■ Qual a sua avaliação do governo Lula, especialmente em



relação à política de segurança pública e à questão dos direitos do cidadão?

O Lula tinha um capital político nas mãos, que vai ser difícil de se construir novamente tão cedo. Ou seja: a possibilidade de transformação que era possível. De alguma maneira, ela esbarrou na lógica da governabilidade, que acabou fazendo com que as mudanças ficassem muito aquém do mínimo necessário. E vou dar um exemplo concreto disso. Quando Lula ganhou a primeira eleição, participei de um grande programa de segurança pública, que reuniu gente do Brasil inteiro. Todo mundo contribuiu. Eu participei muito do debate carcerário e das discussões do modelo de polícia. A Secretaria Nacional de Segurança Pública era, pela proposta original, para ser ligada diretamente à Presidência da República. Porque o presidente tinha de chegar naquele momento e dizer: segurança pública é tão sério que o responsável por isso agora sou eu. É claro que no primeiro massacre, no primeiro problema de grande visibilidade, ele seria cobrado. Mas esse é o custo de você dizer: olha, este é um país que tem um processo de genocídio de pessoas pobres e negras, então, temos de resolver isso. Mas a avaliação, em determinado momento, foi de que era



Em conversa com a equipe da POR SINAL, o deputado foi categórico: “quem é o inimigo público hoje? Eu não sei quem é, mas sei onde ele mora. É na favela.”

preciso blindar o presidente e, daí, todo aquele programa foi jogado no colo do Ministério da Justiça. Acho que aí se perdeu uma grande oportunidade. O programa nunca saiu do papel. Isso não quer dizer que não se tenha tido avanços ou que não houve o envolvimento de pessoas competentes ou comprometidas. Mas, o que poderia ser feito, não foi.

■ Mas se investiu muito na área de inteligência, e isso quer dizer alguma coisa, não?

Na Polícia Federal, houve uma despolitização positiva. Aqui no Rio, acho que o secretário Beltrame conseguiu, em parte, manter-se distante das interferências políticas. Eu sempre disse a ele que seria muito fácil ser um bom secretário depois de suceder Anthony Garotinho e Marcelo Itagiba. Em contraposição, a Ouvidoria da Polícia Federal é fraquíssima e o contingente de pessoal continua reduzido, para o tamanho do país. A lógica do Estado Mínimo é muito interessante. Dados do Dieese [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos] revelam que o tempo médio de desemprego, que em 1989 era de 15 semanas, passou para 40 semanas, em 2000. A década de 1990 é crucial para o desemprego estrutural, que gerou

um processo de surgimento de uma massa de pessoas que sobra, que não serve, que não se inclui no exército de reserva, que não é gente. A criminalização da pobreza, nesse cenário, é essencial, porque legitima e possibilita o Estado Mínimo. Não é à toa que na década de 1990 tem-se um aumento substancial de vítimas letais da polícia. A polícia nunca matou tanto quanto nesse período. E nunca prendeu tanto também. Ao mesmo tempo, se produz o discurso da impunidade, para se prender mais. O Brasil, que, em 1995, tinha 148 mil presos, passou, em 2006, a 401 mil. O aumento foi de 170%. E quem são os presos? São esses que sobram da sociedade de mercado. Ao mesmo tempo, na mesma década, registra-se crescimento do crime organizado no país. É claro. Quando mais se reduz o Estado, mas o próprio Estado permite que o crime se estabeleça dentro de suas malhas. Quando eu digo que a luta política hoje é uma luta pedagógica, é porque tem de se criar um entendimento das coisas. O debate sobre o papel das favelas numa concepção de cidade, hoje, é fundamental, porque o Rio viável que se discute agora é um Rio sem favelas.

■ O debate da remoção não perdeu força?

Não concordo. Acho que o debate da remoção das favelas está muito posto com Eduardo Paes. A barreira acústica é um escândalo. Você vai ver o que vai acontecer no Rio de Janeiro até 2014, quando a cidade vai sediar a Copa do Mundo. Agora a prefeitura não investe em saneamento básico nem em creche, mas está um silêncio na favela que é uma beleza.

■ O Banco Central teria algum papel a desempenhar no combate ao crime organizado?

Acho que todo o setor financeiro é fundamental hoje para que se enfrente o crime organizado no Brasil. O crime organizado vai atrás de dinheiro e de poder. Hoje, um jornal publica que o crime organizado está todo saindo dos investimentos em dólar para o euro. É o capitalismo que se mexe. Para se pegar o crime organizado, muito mais do que na favela, é preciso ir até a Bolsa de Valores, ir nos patrimônios, na especulação imobiliária, onde o crime se faz e se mostra visível. Mas é preciso vontade política para isso, porque aí se esbarra em gente que manda. ▣

O falso debate previdenciário

FLÁVIO TONELLI VAZ (*)

A sociedade, a economia, as demandas, o papel do Estado e as políticas públicas estão em constante mudança. Para acompanhar esse ciclo, de que reformas a Previdência Social precisa?

Durante os anos 1990, as respostas a essa pergunta invariavelmente apontariam para corte em direitos e para ampliação de exigências, nada de direitos sociais universalizados. E um debate sempre distorcido sustentou essas reformas, criando um cenário de déficit explosivo, exigindo essas reformas. Esconde-se que a redução do papel do Estado está associada aos interesses de criação e ampliação de mercado privado para esses serviços – no caso especial, para as diversas formas de previdência complementar.

O eterno discurso do déficit é construído por meio de uma simplificação absurda nas contas, onde entram apenas despesas com benefícios e contribuições de patrões e segurados. Ora, na imensa maioria dos países, essas

contas são feitas considerando um tripé contributivo, incluindo também recursos do Tesouro. No Brasil, em 2009, as contribuições previdenciárias (segurados e empregadores) corresponderam à imensa maioria dos gastos previdenciários. Para cobrir todos esses benefícios urbanos e rurais, os aportes do Tesouro foram de apenas R\$ 42,9 bilhões (1,4% do PIB e 19% do total dos benefícios). Segundo o Ipea¹, na média dos países da União Europeia, membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os recursos do Tesouro respondem por 36% das despesas previdenciárias – o dobro do que ocorre no Brasil.

Aqui, esses aportes têm diminuído ano a ano. Em relação ao PIB, eram de 1,8%, em 2004, e 1,2%, em 2008. E será ainda menor em 2010. O valor apurado em meio à crise de 2009 (1,4%) foi menor do que em 2007. Esses dados refletem o bom momento do mercado de trabalho, que gera vagas, melhora as remunerações e formaliza postos de trabalho.

Mesmo com essas contas simplificadas, a Previdência Social era superavitária até meados da década de 1990. A partir do neoliberalismo, o percentual de trabalhadores ocupados filiados à Previdência caiu de 58% (média 85/89) para 46% (média 95/99), e a participação dos salários na renda nacional caiu de

um patamar já baixo, de 38%, em 1987, para 30,8%, em 2004. Mas o discurso do déficit sempre escondeu a responsabilidade das po-



O eterno discurso do déficit é construído por meio de uma simplificação absurda nas contas, onde entram apenas despesas com benefícios e contribuições de patrões e segurados. ”

líticas econômicas e da precarização do trabalho pelos resultados da Previdência. Aliás, até mesmo a concessão de reajustes reais para o salário mínimo estava proibida, pois a Previdência assume dois terços das despesas federais com esses reajustes. Pois bem, o salário mínimo cresceu, em termos reais, 59% nos últimos oito anos e as contas da Previdência melhoram, acompanhando o mercado de trabalho e o novo patamar de crescimento econômico com distribuição de renda.

Agora que o discurso do déficit não sobrevive a uma análise, os defensores dos cortes dos direitos

apelaram para as mudanças demográficas. Se as pessoas vivem mais, é preciso mudar a Previdência. E, outra vez, há uma grande simplificação. Além de transformarem o aumento da expectativa de vida num fato negativo, num fardo para a sociedade, cometem erros capitais no debate previdenciário.

A participação de idosos na sociedade vem crescendo, mas isso não é um problema. Em 1980 — auge do superávit previdenciário —, 58% da população estava em idade ativa. Em 2020, essa proporção crescerá para 67% e, em 2050, será de 63%; maior, portanto, do que em 1980. O aumento da inatividade relativa aos idosos vem sendo compensado em muito pela mais rápida diminuição dos que possuem menos de 14 anos. No Brasil de 2050, haverá, portanto, proporcionalmente muito mais pessoas em idade laboral. O que a sociedade demanda são políticas para assegurar melhores empregos e mais salários, não corte de direitos.

Ainda desconhecem que a Previdência substitui a renda diante da incapacidade laboral. O fato de as pessoas viverem mais não significa que tiveram a sua capacidade laboral esticada. Dados do IBGE² indicam que, na faixa etária de 50 a 64 anos, 65% dos brasileiros têm pelo menos uma doença crônica diagnosticada; e desses, 36%, duas ou mais. Nessas condições, há dificuldades para disputa no mercado de trabalho, pois 10% dessas pessoas apresentaram restrições de atividades, nas duas semanas que antecederam a pesquisa. A saúde precária reflete o cenário incipiente de universali-

zação e qualidade do atendimento à saúde — o SUS vem evoluindo, mas tem pouco mais uma década e meia — e à pobreza, pois a maioria dessas pessoas com doenças crônicas integra famílias com renda per capita inferior a um salário mínimo.

Integrar esse conjunto de informações é importante. Antes de qualquer reforma que diminua direitos previdenciários, precisamos de mudanças: na educação, que melhore as condições de produtividade; no mercado de trabalho, que assegurem emprego digno para as pessoas de maior idade e diminuição da jornada de trabalho para acompanhar os ganhos de produtividade; na saúde pública, que

determinem melhorias nas condições de vida.

A Previdência é, hoje, o maior programa de distribuição e interiorização da renda em nosso país. E será ainda melhor se o próximo governo ampliar a cobertura previdenciária, inclusive para os segmentos urbanos de menor renda e

que atuam por conta própria. Afinal, antes de medir a Previdência pelos seus resultados financeiros, devemos assegurar que ela proteja a universalidade dos trabalhadores.

“Antes de medir a Previdência pelos seus resultados financeiros, devemos assegurar que ela proteja a universalidade dos trabalhadores.”

(*) Especialista em orçamentos públicos e assessor técnico da liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados

1 Ipea. O Estado de uma nação — 2006; p. 483. Os dados são da Eurostat e se referem a 2000.

2 IBGE. Acesso e utilização de serviços de saúde; 2003 e Um panorama da saúde no Brasil: acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção à saúde, 2008.

PAGAMENTO
em **10x**



INTERNACIONAL

Consulte-nos sobre outras saídas e destino.



Punta Cana

Aéreo + 7 noites no IRL Tropical Princess
c/ all inclusive.
Saídas de Campinas às segundas em jan.2011
A partir de: **R\$ 1.988, ou R\$ 3.585,**

Varadero

Aéreo + 7 noites no IRL Sol Palmeras
c/ all inclusive.
Saídas de Campinas aos Sábados em jan.2011
A partir de: **R\$ 1.923, ou R\$ 3.558,**

Cancun

Aéreo + 7 noites no Hd. Be Smart America
c/ café da manhã.
Saídas de Campinas aos sábados em jan.2011
A partir de: **R\$ 1.459, ou R\$ 2.699,**

Riviera Maya

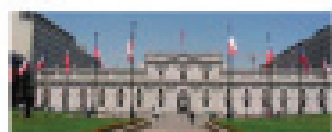
Aéreo + 7 noites no IRL Be Live Riviera
c/ all inclusive.
Saída de Campinas aos Sábados em jan.2011
A partir de: **R\$ 2.171, ou R\$ 4.016,**



saída em
Orlando

Orlando Fly & Drive

FERIAS DE LANDEIO
Aéreo Delta + 10 noites de hospedagem no
Hd. Holiday Inn International Drive sem café
da manhã + locação de auto Hertz Chevrolet
Ponto (ou similar) com km livre e L299.
Saída 08.01.2011
A partir de: **R\$ 1.790, ou R\$ 3.312,**



Santiago

REVERUCH
Aéreo voando Lan + 3 nts. IRL Principado de Asturias c/ café + city tour + 03 garagens de vi-
nhos de base vinhos. Saída de São Paulo dia
08.12.2010
A partir de: **R\$ 1.181, ou R\$ 2.185,**



Aruba

Aéreo + 7 nts. Hd. The Westin c/ café
REVERUCH
Saída de São Paulo dia 30.12.2010
voando Gol.
LANDEIO
A partir de: **R\$ 2.859, ou R\$ 5.289,**
Saídas de São Paulo dias 15. 22 e 29.01.11
voando Avianca.
A partir de: **R\$ 2.062, ou R\$ 3.815,**



saída em
Nova York

Nova York

REVERUCH
Aéreo + 8 nts. Hd. Americana sem café da
manhã
Saída de Brasília dia 25.12.2010
A partir de: **R\$ 2.360, ou R\$ 4.366,**

Cruzeiros Marítimos



CONSULTE DESCONTOS E PROMOÇÕES ESPECIAIS
PARA RESERVAS ANTECIPADAS.

Pacotes nacionais incluem a parte aérea e a parte terrestre, incluindo o transporte aéreo e terrestre, a hospedagem no hotel escolhido com regime correspondente, passagens quando mencionadas e taxas de viagem. Preço por pessoa em dupla. Saídas para outros destinos em outros aeroportos. Saídas e preços sujeitos a alteração sem aviso prévio. Pacotes internacionais incluem a parte aérea e a parte terrestre, incluindo o transporte aéreo e terrestre, a hospedagem no hotel escolhido com regime correspondente, passagens quando mencionadas e taxas de viagem. Preço por pessoa em dupla. Saídas para outros destinos em outros aeroportos. Saídas e preços sujeitos a alteração sem aviso prévio. Pacotes internacionais incluem a parte aérea e a parte terrestre, incluindo o transporte aéreo e terrestre, a hospedagem no hotel escolhido com regime correspondente, passagens quando mencionadas e taxas de viagem. Preço por pessoa em dupla. Saídas para outros destinos em outros aeroportos. Saídas e preços sujeitos a alteração sem aviso prévio.

DECOLANDO
Turismo

www.decolando.com.br

Decolando Turismo
SCLN 110, BL. C, Loja 44, Asa Norte
Brasília - DF - Cep: 70.763-530
Tel: (61) 3031-6464 | Fax: (61) 3031-6457
atendimento@decolando.com.br

Os mais belos destinos nacionais,
com lugares garantidos!

CONDIÇÃO
TAMBÉM
condição
de Comercial

PAGAMENTO
em 10x

NACIONAL

Feriados 2º Semestre
Natal | Reveillon

Consulte-nos sobre outras saídas e destino.

	Natal 7 noites A partir de R\$	Reveillon 7 noites A partir de R\$	Janeiro 7 noites A partir de R\$
Fortaleza			
Htl. Palm Classic Residência c/cafê + city tour e Praia de Cambuçu	1.940	1.919	1.215
Htl. Beach Park Access c/ lap	3.008	5.238	3.557
Hotel Vila Galé Cambuçu	4.298	6.245	3.821
Salvador			
Htl. Garden Park c/cafê + tour Bahia histórica	1.158	consulta	consulta
Htl. Calanxaba apto. std. c/cafê	1.838	2.933	consulta
Htl. Stella Maris apto. std. c/cafê	1.725	7.093	1.812
Praia do Forte			
Htl. Bercolar Bahia apto. sup. c/all inclusive	3.890	6.290	1.577
Htl. Tivoli Ecoresort apto. std. c/map	4.768	9.790	4.887
Costa do Saupe			
Htl. Saupe Run Resort em apto. sup c/all inclusive	3.448	5.275	1.898
Htl. SuperClubs Breezes em apto. deluxe c/Superfletcher	2.348	7.650	1.595
Maceló			
Htl. Porto do Praia em apto std c/cafê + city tour e Praia sul	1.480	1.838	consulta
Htl. Jactôa em suite tipo B c/cafê + city tour e Praia sul	3.438	4.895	1.588
Htl. Salinas do Maragogi em apto std c/all inclusive	3.264	4.884	1.480
Serra Gaúcha			
Htl. Via Scena apto std c/cafê + tour Gramado/Canela + tour região dos vinhos c/allmap + tour Nova Petrópolis	2.080	2.894	1.794
Porto de Galinhas			
Pous. Tatuado apto std c/cafê	1.824	1.867	1.830
Htl. Beach Class Resort suite jr c/map	3.085	4.817	1.480
Htl. Naxos Beach Resort apto luxo c/map	4.584	7.062	4.007
Htl. Summerhill Beach Resort apto std c/map	2.980	6.513	1.870
Itacaré			
Htl. Itacaré Eco-Resort apto luxo c/map	3.834	7.258	3.492
Htl. Itacaré Village suite luxo c/map	3.960	8.038	1.832
João Pessoa			
Htl. Tamboá Flan c/cafê + city tour	1.857	1.884	1.454
Natal			
Htl. Safari apto std c/cafê + city tour e Praia de Camurupim	1.288	1.898	1.585
Htl. Pecteo apto sup c/cafê + city tour e Praia de Camurupim	3.258	3.885	2.094
Htl. Serê apto sup c/cafê + city tour e Praia de Camurupim	2.610	3.690	1.770
Aracaju			
Htl. Real Classic apto std c/cafê + city tour	1.580	1.870	1.846
Starfish Ilha São. Lucia apto premium c/all inclusive	2.620	5.972	1.775

TEL: 61 3031-5454

atendimento@decolando.com.br
www.decolando.com.br

DECOLANDO
Turismo

Militância em várias frentes de luta

Luis Carlos Paes de Castro se interessa por política desde garoto, por influência do pai. Mesmo de Fortaleza, onde nasceu, no ano 1956, torceu pela vitória de Negrão de Lima, candidato de oposição do Rio de Janeiro, cidade com quase 3.000 quilômetros de distância da capital do Ceará. Em 1968, aos 12 anos, assistiu a manifestações estudantis na Praça José de Alencar – participou de algumas –, que ficava a duas quadras da casa da avó, onde morava à época. “Lembro-me, até hoje, dos estudantes incendiando a bandeira dos Estados Unidos, gesto que provocou intensa repressão da polícia. Fiquei revoltado com a reação policial. Afinal, aqueles jovens defendiam a liberdade e a independência do Brasil”, disse ele, hoje trabalhando no Departamento de Supervisão de Cooperativas e Instituições Não Bancárias (Desuc), do Banco Central.

Casado e pai de três filhos, Luis Carlos é também segundo suplente do candidato recém-eleito para o Senado pelo PT, José Pimentel, e milita no PCdoB, partido ao qual se filiou em 1979. Mas sua vida política começou

em 1975, um ano depois de ingressar no curso de Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Ceará. “Eu encontrei uma universidade calada, já que vivíamos sob a égide do Decreto-Lei 477. Nesse mesmo ano, enquanto patriotas espanhóis eram assassinados no garrote vil pela ditadura de Franco, em Fortaleza, o comunista Pedro Jerônimo era assassinado pela ditadura brasileira. Por outro lado, em 25 de abril, rebentava a Revolução dos Cravos em Portugal, e no Brasil, em novembro, as forças democráticas reunida no MDB impunham grande derrota ao regime militar, trazendo um novo alento à oposição”, lembra o servidor do BC.

Seu currículo de militante se assemelha ao de muitos jovens que lutaram contra a ditadura no Brasil. De 1976 até 1980, presidiu a Associação Atlética do Centro de Tecnologia, participou da Representação Estudantil no Conselho Universitário e do Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, na cidade de Salvador, e dirigiu o diretório acadêmico do Centro de Tecnologia. “Terminei

eleito o primeiro presidente do DCE da UFC. Foi um período de intensa atividade, em que sacrifiquei por alguns anos os meus estudos. Adiei até minha formatura, em função da reorganização do movimento estudantil, da luta em defesa do ensino público de qualidade, por mais verbas para a educação e em defesa das liberdades democráticas”, revela.

Formado em Engenharia Mecânica, Luis Carlos concluiu a pós-graduação na área de informática. No início de 1975, começou a trabalhar como estagiário de programação, logo em seguida, programador e, depois, analista de sistemas. “Dois anos depois, larguei o trabalho para ter mais tempo para o movimento estudantil e ajudar o jornal Movimento, semanário de oposição de circulação nacional, onde passei a ganhar seis vezes menos, sem vínculo empregatício”, diz.

► No BC, um sindicalista atuante

Ao ingressar no BC, em setembro de 1994, Luis trabalhou na representação regional do Departamento de Operações Bancárias e de



Militante do PCdoB desde 1979, Luis Carlos é segundo suplente do recém-eleito senador José Pimentel, do PT

Sistema de Pagamentos. A partir de agosto de 1997, após três meses do curso de formação de inspetores, em Brasília, foi transferido para a representação regional do Departamento de Fiscalização (Defis). “Com a reestruturação do Banco, fiquei um período no quadro extraordinário, trabalhando com processos de pedidos de investimento de capital estrangeiro no Brasil. Em seguida, fui para a Central de Atendimento ao Público, onde permaneci até setembro de 2005.”

Luis Carlos deu os primeiros passos no movimento sindical na Associação dos Profissionais de Processamento de Dados (APPD/Ceará), trincheira na qual lutou em defesa de uma política nacional de

informática, pela regulamentação da profissão e pela criação do sindicato da categoria. “Em agosto de 1981, participei da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I Conclat), na Praia Grande, em São Paulo, que elegeu a Comissão Nacional Pró-CUT. “Logo que entrei no Banco, ingressei no Sinal, porém, somente em 1997 participei do seu Conselho Regional. Em 1999, com a malfadada reestruturação do BC, precisei me dedicar mais à atividade sindical, para tentar, com os demais colegas, barrar aquele absurdo.” Foi uma grande batalha, lembra, porque, só em Fortaleza, o projeto inicial previa redução de 170 para 48 servidores. “Conseguimos manter algo em torno de cem colegas.”

Luis Carlos exerceu a presidência do Conselho Regional do Sinal de Fortaleza por dois mandatos e meio.

Em 2003, assumiu uma diretoria extraordinária de assuntos previdenciários no Conselho Nacional, quando foi organizada uma grande resistência ao projeto de reforma da Previdência, encaminhado pelo governo Lula ao Congresso Nacional. “Durante algum tempo, também fui do Conselho Editorial da Por Sinal, mas, em função de outros afazeres e de minhas atividades locais no PCdoB, tenho contribuído pouco para o nosso sindicato”, lamenta. Luis se diz, hoje, preocupado com a decisão da Assembleia Nacional Deliberativa (AND), em Florianópolis, pela independência do Banco Central. “Foi uma decisão equivocada, que não tem espaço para defesa no Congresso Nacional, e muito menos reflete o desejo da maioria da nação. Muitos colegas, influenciados por uma visão conservadora de BC, acompanhados de outros que acham que essa bandeira pode significar melhorias profissionais e salariais para a categoria, embarcaram num caminho perigoso. Não existe BC acima de tudo e de todos, com uma visão puramente técnica. Suas decisões atingem de forma diferente os mais diversos segmentos da sociedade. É preciso refletir sobre as necessidades da sociedade brasileira, e não apenas de um setor minoritário, por mais forte que ele seja do ponto de vista econômico”, finaliza. ▣

Novos instrumentos de combate à corrupção

VALQUÍRIA QUIXADÁ (*)

A existência concreta de corrupção traz consequências nocivas à sociedade. Seus efeitos deletérios se manifestam na falta imediata de recursos, por desvio de dinheiro, para obras públicas. Suas distorções aparecem na redução de investimentos nas áreas básicas da educação, saúde e segurança. De modo geral, ela é entendida como um elemento aglutinador das condutas mais danosas à função pública e, conseqüentemente, ao Estado Democrático de Direito.

Sobre este último aspecto, a corrupção oportuniza práticas antidemocráticas, que acabam por acirrar as tensões sociais, geram a diminuição da oferta de serviços essenciais, comprometendo a economia nacional e o desenvolvimento do Estado.

A corrupção começou a ultrapassar as fronteiras dos países, configurando-se concretamente nos chamados crimes transnacionais. Apresenta-se com uma roupagem diferenciada, com maior organização e cometimento de crimes de cunho econômico, praticados pelos chamados “empregados de paletó e gravata”. Estes se aproveitam de seus cargos e ocupações no intuito de aumentar as suas rendas com práticas ilegais. Esta mudança aumenta o prejuízo financeiro, que é muito superior para a sociedade em comparação com a criminalidade tradicional de assaltos, furtos e roubos. Este é um traço característico da criminalidade contemporânea.

Atualmente, o crime organizado é alimentado por um grande volume de capital. Não raras vezes, este é produto de lavagem de dinheiro, processo que utiliza os mesmos mecanismos que dinamizam as relações

comerciais e financeiras legítimas para legalizar o capital produto de crimes e atos de corrupção.

Improbidade administrativa é um designativo técnico constitucional para a chamada corrupção administrativa, que tem o condão de desvirtuar o bom funcionamento da Administração Pública. A Lei nº 8.429/92 dispõe sobre as sanções cíveis aplicáveis aos agentes públicos, nos casos de improbidade no exercício de mandato, cargo, emprego ou função.

Os principais ilícitos de corrupção capitulados como crime são: peculato, concussão, corrupção passiva, prevaricação, facilitação do contrabando e do descaminho, emprego irregular de verbas públicas, condescendência criminoso, crimes de responsabilidade dos prefeitos, crimes da lei de licitação, crimes contra a ordem tributária e certos crimes eleitorais.

Não se pode olvidar das dificuldades da produção da prova que permita a efetiva condenação e o cumprimento das sanções dos autores dos crimes e ilicitudes voltados ao combate à corrupção no Brasil e no mundo. São eles: a morosidade judicial, advinda muitas vezes de investigações malfeitas, com a judicialização das operações midiáticas da polícia, com centenas de apreensões e apresentações de valores; a falta de pessoal capacitado para a análise dos documentos apreendidos e para a realização das perícias necessárias, além da escassez de juizes e membros do Ministério Público e da Polícia; a instauração de inquérito policial (instrumento burocrático e anacrônico) e com

grande parte das decisões nele constantes submetidas a habeas corpus meramente protelatórios; a ocorrência da prescrição em um número elevado de casos, proveniente de problemas de demora na investigação, do oferecimento da denúncia e do julgamento.

O efetivo combate à corrupção ou o seu controle, por sua vez, depende de grande empenho por parte do Estado, que deve possuir o aparato necessário a tal mister. Cabe, então, aos entes estatais responsáveis, senão eliminá-la de uma vez por todas, ao menos mantê-la sob vigilância contínua, no fiel cumprimento de sua missão social precípua de garantir a paz e a segurança dos cidadãos.

Assim, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos estados, a exemplo do Estado brasileiro, o qual passa por diversas restrições orçamentárias, que atingem diretamente os órgãos responsáveis pela persecução penal direta (Polícia, Ministério Público e Judiciário), ou, ainda, aqueles que prestam auxílio técnico à instrução das ações criminais e cíveis – Receita Federal do Brasil (RFB), Banco Central do Brasil (BCB), Controladoria-Geral da União (CGU), Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) –, mudanças estruturais no processo de investigação e julgamento desses delitos são necessárias. Nesse sentido, a cooperação técnica e maior integração e treinamento específico desses órgãos são imprescindíveis.

A Cooperação Jurídica Internacional (CJI) como instrumento essencial para a persecução penal e cível, nos países que pretendem manter um bom desempenho nesse mister, deve ser intensificada.

O Brasil, apesar de ser signatário de diversas convenções e tratados internacionais, possui uma quantidade reduzida de decisões judiciais, tanto do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em matéria penal, que supostamente envolvem diligências para investigação de crimes transnacionais ou de atos de corrupção por meio dessa cooperação. Destaque-se, em especial, a carência de decisões baseadas em tratados internacionais.

Observa-se o distanciamento do Poder Judiciário das convenções internacionais aplicáveis a esta matéria. Não se pode perder de vista que, se de um lado os sistemas de obtenção de provas estão subordinados ao atendimento das garantias

de proteção aos direitos dos investigados, muitos dos quais previstos em tratados internacionais, de outro, o excesso desse garantismo penal prejudica o direito das vítimas e da sociedade de modo geral, de obtenção da condenação e da efetiva aplicação da sanção prevista em lei para o réu que praticou o ato de corrupção ou crime.

Nesse sentido, nos dias atuais, entende-se que a nova dinâmica do fenômeno de justiça internacional deve levar em conta, em

cada julgamento, a verificação de proporcionalidade dos direitos do réu e da necessidade de se combater efetivamente a impunidade na forma exigida dos Estados em face da globalização da corrupção e do crime transnacional.

Os pedidos de auxílio, bem como as cartas rogatórias, por serem instrumentos de CJI, são en-

“ O efetivo combate à corrupção, ou o seu controle, depende de grande empenho por parte do Estado, que deve possuir o aparato necessário a tal mister. Cabe, então, aos entes estatais responsáveis, senão eliminá-la de uma vez por todas, ao menos mantê-la sob vigilância contínua.”

viados por via diplomática ou por intermédio de autoridade central prevista em tratado.

Frise-se, ainda, que não deve haver ingerências políticas diretas do presidente da República nas decisões dessas investigações. Esse fator também é muito importante para caracterizar a justa causa na ação penal, a qual exige idoneidade e seriedade na pretensão. Nessa esteira, não é conveniente que sejam coordenadas por órgão subordinado diretamente a ministro de Estado do Poder Executivo, como é hoje no Brasil, onde a autoridade central, para a CJI de modo geral, é o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), da Secretaria Nacional de Justiça.

Nesses termos, para a melhor utilização da CJI como instrumento de combate à corrupção e aos crimes transnacionais, faz-se mister a designação da Procuradoria-Geral da República (PGR) como autoridade central em todos os tratados que envolvam atos de corrupção e crimes transnacionais. Ressalte-se que, diferentemente do DRCI, o trabalho do membro do Ministério Público, além de gozar de independência funcional, está sempre sendo acompanhado pelo Poder Judiciário, ou, em casos extrajudiciais, pelas Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Esse processo já foi iniciado e hoje a PGR possui as atribuições de autoridade central no Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Portuguesa, de 1991; e no Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo do Canadá, de 2009.

No trato das relações internacionais do Brasil, necessita-se de maior aproximação entre o Minis-

 **No trato das relações internacionais do Brasil, necessita-se de maior aproximação entre o Ministério da Justiça (DRCI) e o Ministério das Relações Exteriores.”**

rio da Justiça (DRCI) e o Ministério das Relações Exteriores, órgãos que deveriam atuar juntos na CJI no âmbito cível, com a definição clara das atribuições de cada um.

A melhor contrapartida que o Congresso Nacional pode dar aos seus eleitores, e aos entes responsáveis pelo combate à corrupção e aos crimes transnacionais, é, além da aprovação da reforma do Código de Processo Penal, com a extinção dos

recursos protelatórios, sua atuação por meio da regulamentação imediata da Cooperação Jurídica Internacional em matéria cível e penal, para a edição de uma lei específica para este fim. Verifica-se que a existência dessa lacuna legislativa, agregada ao trato da matéria por meio de decisões judiciais conflitantes entre o STF e o STJ, enfraquece as relações de CJI do Brasil com outros países voltadas para o combate dos atos de corrupção e dos crimes transnacionais.

A celeridade no processo de investigação de delitos de corrupção e crimes transnacionais é exigida, diante do poder de deslocamento rápido da informação, a fim de impedir-se eventual destruição ou desvio de provas que estejam na posse dos autores dessas condutas ilícitas, principalmente naquelas cujo objeto abranja o crime organizado, o qual atua de modo informal e ilegal, com a utilização de todo um aparato operacional, gerado com dinheiro ilícito.

Finalmente, acreditamos que a adoção das medidas sugeridas assegurará ao Brasil maior eficácia e mais credibilidade no combate à corrupção e crimes, inclusive aos transnacionais, tanto na comunidade nacional quanto no âmbito internacional.

(*) Procuradora da República no Distrito Federal.

Visite o Portal **SINAL**



www.sinal.org.br

